

Antinomias da “via prussiana” à brasileira de Carlos Nelson Coutinho

Antinomies of the “Prussian path” in the Brazilian context of Carlos Nelson Coutinho

Vânia Noeli Ferreira de Assunção*

Resumo: O texto objetiva discutir o uso feito por Carlos Nelson Coutinho da categoria de via prussiana para se referir ao Brasil. Para tanto, abordamos a sua visão da formação sócio-histórica brasileira e acompanhamos a gradual incorporação de outros conceitos à sua análise, como modernização conservadora e revolução passiva. Abordamos, ainda, a crítica de Chasin ao enquadramento do Brasil na via prussiana. Por fim, discutimos como a visão ontopositiva da política e o politicismo embasam e orientam a reflexão coutiniana sobre o país.

Palavras-chave: Via prussiana; Carlos Nelson Coutinho; revolução passiva; modernização conservadora; politicismo; J. Chasin.

Abstract: The text aims to discuss Carlos Nelson Coutinho's use of the category of the Prussian path to refer to Brazil. To this end, we address his view of Brazil's socio-historical formation and follow the gradual incorporation of other concepts into his analysis, such as conservative modernization and passive revolution. We also address Chasin's criticism of Brazil's classification in the Prussian path. Finally, we discuss how the ontopositive view of politics and politicism underpin and guide Coutinho's reflection his reflection on the country.

Keywords: Prussian path; Carlos Nelson Coutinho; passive revolution; conservative modernization; politicism; J. Chasin.

A discussão sobre a conformação da sociedade e da economia brasileiras esteve presente em diversas reflexões do campo do pensamento conservador e, mais tarde, das correntes mais progressistas do país. De fato, a busca pelo entendimento do que somos e como chegamos a sê-lo monopolizou atenções de sociólogos, filósofos e historiadores a partir dos anos 1930, momento marcante da história nacional.

Tendo estreado no cenário intelectual, ainda bastante jovem, pouco entrado nos 20 anos, como um crítico literário arguto e profundo, Carlos Nelson Coutinho (Itabuna/BA, 1943 – Rio de Janeiro/RJ, 2012) também desempenhou importante papel na denúncia do irracionalismo e da “miséria da razão” vicejantes nos anos 1960 e 1970, inclusive no Brasil. Este importante marxista brasileiro também tentou uma renovação do marxismo que fundia correntes diversas e forjou uma imagem do Brasil

* Professora da Universidade Federal Fluminense (UFF – Rio das Ostras) e coeditora da Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas. E-mail: vanianoeli@uol.com.br. Orcid: 0000-0003-4119-9987.

bastante peculiar, intrinsecamente relacionada a suas posições políticas, que deram ensejo a debates cruciais nas agremiações políticas de que participou durante sua vida (PCB, PT, Psol) e para além delas. Embora tenha publicado livros, escreveu, em sua maioria, textos esparsos e relativamente curtos, muitas vezes voltados a intervenções políticas, as mais das vezes, ensaios, nos quais o autor quase não fazia citações diretas manejava os autores mencionados com alguma liberalidade.

Embora a noção de “via prussiana” tenha sido utilizada no Brasil desde o início dos anos 1960 e por diversos autores (cf. SILVA, 2012, pp. 14-9), foi na obra de Coutinho que teve seu tratamento mais sistemático e mais influente, motivo pelo qual a tomamos como objeto de estudo neste texto.

1. Formação da sociedade brasileira em Carlos Nelson Coutinho

Foi no interior da crítica literária que Carlos Nelson Coutinho empunhou, inicialmente, a categoria de “via prussiana” como forma de entender o processo de “modernização”¹ da sociedade brasileira. Inspirando-se no filósofo húngaro György Lukács, em artigo escrito em 1965, ele chamava a atenção para a necessidade de entender a literatura no seu contexto, de “conhecer a realidade não por parcelas, mesmo somadas”, e sim pelo “movimento da totalidade do real” (1967, p. 147). Assim, dizia, para bem compreender uma obra literária, era importante atentar para “o desenvolvimento desigual e duplamente contraditório do nosso capitalismo”, que opunha, de um lado, “uma sociedade semicolonial em decadência”, com “uma economia semifeudal” e dependente; e, de outro, um capitalismo em distintos estágios de desenvolvimento, também ambíguos e contraditórios, “por força da especificidade de nossa formação histórica e da natureza geral do próprio capitalismo”, formando uma sociedade “dilacerada não só pela contradição entre o feudalismo caduco e o capitalismo moderno, como também pelas novas contradições internas que o capitalismo traz necessariamente consigo” (COUTINHO, 1967, pp. 160; 171; 189).

Tratava-se, afirmava, de um sistema cujas potencialidades haviam se esgotado em face da não criação de uma economia e de uma sociedade modernas, dada a inexistência de uma transformação radical, de vez que a “decadência de nossa estrutura agrária semifeudal” “não foi seguida por nenhuma renovação capitalista”

¹ “Hoje se fala em ‘modernidade’; antes se dizia, e eu gostaria que se continuasse a dizer, porque me parece um termo mais preciso, que em [19]30 se implantou uma ordem capitalista no Brasil.” (COUTINHO *apud* NEVES, 2019, p. 240) Isso não o impediu, porém, de usar continuamente os termos modernidade e modernização (base de toda uma corrente sociológica influente à época).

(COUTINHO, 1967, pp. 140; 172-3). Daí que, conforme o autor, o “duplo caráter” inerente ao capitalismo nascente no Brasil, de uma parte, significou um impulso progressista para a saída da situação estagnada anterior; de outra, dadas sua debilidade e sua inaptidão para conferir organicidade a todo o complexo societário a partir de uma perspectiva totalizante moderna, viu-se compelido à conciliação com a decrepitude e a caducidade, acabando por impor empecilhos às forças de fato renovadoras. As consequências desse caráter duplamente contraditório eram muitas e profundas:

A ausência de uma economia integrada – estruturada em torno de um mercado interno único – era causa e efeito da inexistência de uma classe burguesa orgânica, que estivesse em condições de promover uma autêntica revolução democrática. Assim, o total fracionamento de nossa sociedade – típico de uma economia pré-capitalista – impedia a formação de uma verdadeira comunidade humana, de uma vida pública democrática, afastando o povo de qualquer participação criadora em nossa história. (COUTINHO, 1967, pp. 140-1)

Desta forma, para o autor, não havendo uma base econômica coesa, não se criou nestas plagas uma burguesia em condições de cumprir o papel revolucionário que desempenhou alhures. Como o capitalismo se desenvolvia no Brasil “no interior da economia semifeudal e dependente”, essa classe não compartilhava do *élan* revolucionário de que tal processo esteve saturado na Europa Ocidental, tendo renunciado, “talvez definitivamente, aos princípios democráticos e humanistas do seu período de ascensão revolucionária nos países hoje desenvolvidos” (COUTINHO, 1967, p. 156). Não havia no país o impulso e o suporte para o movimento revolucionário nos moldes do que fora, nos países “clássicos”, o humanismo burguês, “o máximo de consciência possível do gênero humano em dada etapa de sua evolução histórica” (COUTINHO, 1967, p. 183). Como o capitalismo brasileiro não pôde realizar uma revolução democrática, “jamais chegou a tentar a criação do *citoyen* (do homem que sintetiza em si a vida pública e a vida privada) ou da comunidade humana autêntica (na qual os interesses individuais e os interesses coletivos formam uma totalidade orgânica)” (COUTINHO, 1967, p. 141). Inorgânica e fracionada, a burguesia brasileira não se propôs a busca – ideal, ao menos – nem de uma autêntica comunidade humana nem de uma sociedade democrática, por isso mesmo mantendo o povo isolado da construção da sociedade e condenando-a à mediocridade e à inautenticidade. Em países como França e Inglaterra, ainda que a ideologia humanista tenha se revelado uma ilusão utópica, a sua própria existência – e o impulso que deu às revoluções burguesas europeias de molde clássico – contribuiu para a ampliação dos horizontes

das formações sociais emergentes. O Brasil não contou com nenhuma ideologia deste porte.

No Brasil, bem como na generalidade dos países coloniais ou dependentes, a evolução do capitalismo não foi antecedida por uma época de ilusões humanistas e de tentativas – mesmo utópicas – de realizar na prática o “cidadão” e a comunidade democrática. Os movimentos neste sentido, ocorridos no século passado [XIX] e no início deste século [XX], foram sempre agitações superficiais, sem nenhum caráter verdadeiramente nacional e popular. (COUTINHO, 1967, p. 142)

Assim, bem ao contrário de investir contra os preconceitos e privilégios pré-capitalistas, a burguesia em ascensão “se ligou organicamente à mesquinhez da sociedade semifeudal” e contribuiu para seu enrijecimento, dado o seu caráter conciliador (COUTINHO, 1967, p. 141). Desta forma, nem “os mais consequentes entre os nossos burgueses, os que encarnam a mais alta possibilidade de ambição e de progresso contida em sua classe”, conseguiram escapar do “cárcere do ‘pequeno mundo’”, com que conciliaram e a cujos limites restringiram seus esforços (COUTINHO, 1967, p. 156-7). Efetivamente, denunciava o autor, no Brasil a burguesia, em vez de varrer a antiga ordem, aliou-se às classes que representavam a sociedade em decadência, conciliou com elas e se adequou à economia fraturada e antiquada. Consequentemente, deixou de realizar uma revolução para criar um novo mundo, efetuando apenas mudanças parciais efetivadas sem a participação do povo:

Quando as transformações políticas se tornavam necessárias, elas eram feitas “pelo alto”, através de conciliações e concessões mútuas, sem que o povo participasse das decisões e impusesse organicamente a sua vontade coletiva. Em suma, o capitalismo brasileiro, ao invés de promover uma transformação social revolucionária – o que implicaria, pelo menos momentaneamente, a criação de um “grande mundo” democrático – contribuiu, em muitos casos, para acentuar o isolamento e a solidão, a restrição dos homens ao pequeno mundo de uma mesquinha vida privada. (COUTINHO, 1967, p. 142)

No Brasil não se encontrou historicamente uma solução alternativa à “prussiana” para a questão agrária, com um viés democrático-revolucionário que abrisse a possibilidade de uma industrialização estruturada em torno de um mercado interno de massas. Não havia, na sociedade brasileira da época, “classes sociais que tornariam possível, se não o estabelecimento, pelo menos a possibilidade concreta da criação imediata de uma nova sociedade, de um ‘grande mundo’ humanista e democrático” (COUTINHO, 1967, p. 158). Dada “a ausência de uma classe social efetivamente (e não apenas potencialmente) revolucionária”, as perspectivas

revolucionárias e “as esperanças de renovação democrática da sociedade” desembocaram num aborto (COUTINHO, 1967, p. 140).

O teórico baiano acentuava, porém, o “duplo caráter” do capitalismo nascente no Brasil, salientando a existência de um aspecto progressista em relação à estancada sociedade anterior, inobstante também ter conciliado com ela e só haver transitado para o capitalismo devido ao impulsionamento de fatores externos (FRANCO, 2018, p. 69). As consequências eram contraditórias e, a depender da situação, ora adentravam e habitavam no interior da antiga ordem estacionada, ora empuxavam em direção ao progresso², ora, ainda – já que se tratava de sociedade prematuramente estagnada ou decadente –, possibilitavam o nascer de canais que levavam, mesmo que abstratamente, a uma nova sociedade, a socialista. “Em suma, o capitalismo brasileiro, desde o seu surgimento, já se apresenta manifestações de crise estrutural, condicionando a abertura de perspectivas que lhe transcendem.” (COUTINHO, 1967, p. 156)

Nestes trechos estão destacadas, portanto, a ausência de revolução democrático-burguesa, a permanência do latifúndio – ao qual é atribuído um caráter pré-capitalista, semifeudal –, o caráter conciliador e excludente dos processos de modernização. Coutinho ressaltava como consequência o fechamento das classes, especialmente as dominantes, em seu mundo mesquinho e a ausência de democracia, de forma que inexisteu aqui uma revolução e que os principais acontecimentos da história brasileira significaram conciliações pelo alto entre o *historicamente novo* e o *historicamente velho*. Assim, elementos da “via prussiana” estavam dados, mesmo sem o uso do termo.

A preocupação com a democracia, com o *citoyen* enquanto indivíduo que supera a divisão entre público e privado que embasa o capitalismo, manifestava-se na problematização de sua existência no Brasil e na denúncia da renúncia da burguesia autóctone a estes valores, que eram historicamente da sua classe. Também já priorizava claramente os aspectos político-culturais e apenas mencionava os econômicos, dos quais tratou muito pouco, de maneira que a própria revolução democrático-burguesa tem acento no primeiro aspecto, não mencionando o desenvolvimento das forças produtivas, por exemplo.

² Nessa quadra de sua elaboração intelectual, a menção resta apenas indicativa, já que o autor pouco especificava os aspectos novos ou progressistas aludidos. Entre as poucas menções dos traços concretos do capitalismo nascente estava o crescimento da mobilidade social (COUTINHO, 1967, p. 153).

Nesse primeiro momento, os comentários do autor sobre a formação sócio-histórica brasileira, embora bastante percucientes e mirando o seu cerne, não foram antecidos de uma análise desta realidade cuja compreensão apontava como necessária (cf. SILVA, 2012, p. 86). A demonstração dos elementos conclusivos pela análise da própria história brasileira não é feita, a não ser por alguns poucos momentos específicos – como a Revolução de 1930 – e de forma meramente alusiva, limitando-se a apontamentos bastante abstratos e genéricos. Nem mesmo o latifúndio, cerne do suposto modo de produção feudal, nem as formas possíveis de transformação agrária do país foram analisadas.

Destaque-se o caráter pioneiro destas alocações, especialmente num cenário em que reinavam interpretações dualistas. Bem assim, o manejo de Lukács para a crítica literária era inédito no país, propiciando *insights* teóricos significativos neste campo. Note-se, por fim, que, ainda que possamos fazer diversos reparos maiores ou menores a esta análise – especialmente no que tange à caracterização do modo de produção, como veremos –, e em que pese seu alto grau de abstração e generalidade, trata-se da postura de elementos fundamentais como *ponto de partida* para o entendimento da especificidade da realidade nacional – mas não como seu desaguadouro, segundo pretendemos demonstrar.

Coutinho reiterou suas reflexões em meados da década seguinte, e desta vez recorrendo explicitamente à noção de *via prussiana*: “o caminho do povo brasileiro para o progresso social – um caminho lento e irregular – ocorreu sempre no quadro de uma conciliação com o atraso, seguindo aquilo que Lênin chamou de ‘via prussiana’ para o capitalismo” (1974, p. 3).

Nessa via, radicalmente diferente daquela seguida pela França e pela Rússia – dois casos muito diferentes entre si, mas que, segundo Coutinho, tinham em comum a efetivação, por grandes movimentos populares, de transformações sociais que teriam destruído a economia e a sociedade anteriores –, “a alteração social se faz mediante conciliações entre o novo e o velho, ou seja, tendo-se em conta o plano imediatamente político, mediante um reformismo ‘pelo alto’ que exclui inteiramente a participação popular” (COUTINHO, 1974, p. 3). A efetivação de mudanças pelas elites das classes dominantes, com exclusão das massas populares, é, asseverava, a modalidade de transformação social típica dos países de via prussiana, e portanto do Brasil (COUTINHO, 1974, p. 41). Era central alijar das grandes decisões histórico-políticas os setores sociais dominados, vistos como ignaros e indolentes, já que a ideologia

“prussiana” é “uma visão abertamente elitista e autoritária”, “antipopular”, e a evolução substituiu uma revolução com participação popular (COUTINHO, 1984, p. 150).

Nos países que traçaram uma rota democrática rumo ao desenvolvimento, “a contínua intervenção popular na criação da vida nacional assegura a formação de um amálgama sócio-humano relativamente homogêneo e unitário”; já naqueles que seguiram a “via prussiana”, pelo contrário, há uma fragmentação e uma “heterogeneidade sociais decorrentes da ausência de um sujeito nacional-popular unitário, que intervenha continuamente na criação da história” e a “ausência de tipos humanos exemplares que se expressem através de ações independentes e significativas” (COUTINHO, 1974, pp. 11-2). Desunidos assim povo e nação, criaram-se empecilhos quase intransponíveis à emergência “de uma autêntica consciência democrática” (1974, p. 3). Daí que Coutinho propugnasse uma rejeição integral do “‘modelo prussiano’ – tanto em suas versões agraristas quanto ‘modernizadoras’” (1974, p. 16; 21).

Em sua produção posterior, Coutinho reafirmou constantemente a ideia de que, inexistentes as “autênticas revoluções” decorrentes de movimentos que abrangessem toda a população e contassem com a participação e o empuxo das massas, todos os grandes momentos da história recente do país, relativos à sua transição para o capitalismo, que constituíram possibilidades concretas de transformação, foram solucionados “à prussiana”, pela conciliação entre as classes dominantes, sob a forma política de “reformas ‘pelo alto’” (1984, p. 132).

Mesmo com todas as críticas (ainda que abstratas) feitas à burguesia, enquanto classe que renunciou à revolução e que renunciou a um ponto de vista universal, surpreendentemente, Coutinho incluiu frações desta categoria entre os interessados na transformação da realidade contraditória nacional, agrupados sob o qualificativo “nacionalista e democrático” de “povo brasileiro” (COUTINHO, 1967, p. 183), que reunia desde o

nascente proletariado aos setores mais radicais da burguesia, passando pelo campesinato e pelas classes médias progressistas, estão *realmente* interessadas em destruir o velho Brasil, substituindo o cárcere do “pequeno mundo” mesquinho por uma renovação democrática, pelo “grande mundo” de uma comunidade autêntica (1967, p. 189).

Patenteia-se o perfil abstrato de suas análises sobre o Brasil, cuja realidade não

abordou em detalhe³. Verifica-se, ainda, a manutenção da forte influência de Lukács (e de Lênin) no trato dos temas, incluindo a defesa da visão da totalidade, bastante presente no Lukács de *História e consciência de classe*. Se parece agora haver menor peso da ausência de uma revolução democrática burguesa e maior peso à forma prussiana de transição para o capitalismo, é interessante observar que ainda aflora a influência das teorias pecebistas sobre a existência de setores burgueses potencialmente revolucionários e a necessidade de uma revolução burguesa no país, entre outros temas, mesclando-se curiosamente com as censuras inspiradas por Lukács à burguesia nacional. Assim, inobstante tenha dado um salto ao rejeitar a identificação do Brasil aos casos clássicos de objetivação do capitalismo, Coutinho não ficou imune à influência de análises e táticas do seu partido, incluindo a crença numa suposta identidade de interesses entre frações burguesas “nacionais” e o povo. Pode-se mesmo dizer que tencionou então elaborar uma síntese conciliatória entre Lukács e o Partidão, que só poderia resultar num malogro, dadas as distintas fundamentações teóricas e políticas.

Ao voltar seu foco para as características internas da sociabilidade brasileira, Coutinho findou por minimizar os obstáculos à industrialização postos pelo capital dominante no bojo de um sistema capitalista que, muitas vezes, concebia de forma abstrata (SILVA, 2012, p. 144). Talvez por isso acreditasse na “possibilidade de um capitalismo nacional autônomo” (FRANCO, 2018, p. 69), repondo equívocos pecebistas. Por outro lado, mesclando-se com a defesa da democracia (que logo veremos), tais características levam estudiosos de sua obra a afirmar que ela é o “elo perdido” entre os campos nacional democrático (PCB) e democrático popular da esquerda brasileira (NEVES, 2019, p. 439).

A compreensão de Coutinho sobre o modo de produção existente no Brasil anteriormente ao período tratado (cujos marcos temporais, aliás, não ficam claros) é crucial para o entendimento da especificidade do processo de transição do Brasil ao capitalismo, de vez que, segundo a intelecção do autor, o “historicamente velho” manteria sua presença no que tange a elementos nodais e legaria pesada herança ao capitalismo industrial que supostamente o sucede. Num primeiro momento, ainda estudante, ele afirmou que o Brasil era um país capitalista, inserido no capitalismo mercantil mundial (cf. SILVA, 2012, p. 86). Já em sua produção dos anos 1960 e

³ O próximo que chegou de uma abordagem específica foi o cerca de um parágrafo escrito especificamente sobre a República Velha.

meados dos anos 1970, qualificou o país dos anos 1930 como “semicolonial” e até “semifeudal”, reverberando os piores equívocos do PCB. Posteriormente, porém, ao republicar textos antigos, afirmou ter feito a “supressão de uma formulação que hoje julgo claramente equivocada (isto é, a caracterização do Brasil como ‘semifeudal’”, substituindo-a por “aspectos arcaicos” e/ou “valores pré-capitalistas” (COUTINHO, 2011, p. 12). Isso não significou, porém, que tenha chegado a uma definição sobre o modo de produção no Brasil no século XIX. Ele atestava que o país havia se conformado enquanto formação social particular e com alguma autonomia no momento em que o capital mercantil criava para si um mercado em nível mundial, no bojo do contraditório processo de acumulação primitiva do capital. Esta seria a marca mais forte e permanente na sociedade brasileira, na qual foi necessário engendrar do princípio todo um complexo de produção diretamente atrelado ao mercado em constituição (1984, p. 124). O teórico, porém, advertia que “o fato de que o modo de produção vigente na era colonial tivesse sido *posto e repost*o pelo movimento internacional do capital não significa [...] que se tratasse de um modo de produção capitalista, ainda que ‘imperfeito’ ou ‘incompleto’” (1984, p. 125). Ainda, rejeitava a atribuição de uma excessiva autonomia ao modo de produção vigente no período colonial, subordinado formalmente⁴ ao capitalismo mercantil internacional, mas também descartava *colonial* como designativo do modo de produção então existente, dado que não lhe atribuía novas leis (1984, p. 126).

O teórico baiano assumiu, então, como *hipótese*, que se trataria de um escravismo, dado que “é o elemento escravista que fornece a marca determinante da formação econômico-social” (COUTINHO, 1984, p. 126). Seria certamente um modo de produção escravista com caráter peculiar, pois que articulado com o capitalismo mercantil no plano internacional, do qual poderia importar cultura, instituições e ideologias (1981, p. 99). Inobstante, naquele momento o autor também deixava aberta a possibilidade de feudalismo, sem que isso, no seu entender, invalidasse suas considerações, por estarem embasadas na manutenção de formas de exploração do

⁴ No seu entender, as economias coloniais estavam subordinadas ao capital mercantil metropolitano no âmbito da circulação. O autor se valia “com certa liberdade” de Marx para qualificar aquele processo como *subordinação formal* – momento em que o modo de produção não era ainda capitalista –, no seio do qual permaneceria existindo o modo de produção do povo colonizado, sem que inicialmente sofresse intrusões mais profundas. Porém, como consequência não planejada da exploração cada vez mais significativa de produtos das colônias, acabou ocorrendo a transformação das bases deste modo de produção “num sentido mercantil e mesmo capitalista”, passando-se gradualmente “da subordinação formal à subordinação real” (COUTINHO, 1984, p. 124).

trabalho com base na coação não econômica (1984, p. 126).

Segundo seu entendimento, o capitalismo teria como distintivo em relação a outros modos de produção a vigência do trabalho assalariado, cuja existência era diminuta no Brasil colonial, o que interditaria designar aquele período de capitalista. Quando se identifica aquele modo de produção ao capitalismo, assegurava, “se termina por reduzir o problema geral da transição para o capitalismo no Brasil ao problema mais específico da industrialização”, deixando-se escapar “a possibilidade de operar de modo fecundo com a categoria da ‘via prussiana’, que denota precisamente um processo no qual a transição para o capitalismo se dá com a conservação de elementos pré-capitalistas, tanto na infraestrutura quanto na sociedade civil e no estado” (COUTINHO, 1984, p. 125).

Temos, pois, que o autor saltou entre as definições de capitalismo, semifeudalismo e escravismo sem fechar um diagnóstico sobre o modo de produção existente no Brasil pré-industrial. De fato, ele jamais se propôs como objetivo pesquisar sistematicamente a veracidade do aventado modo de produção escravista, “hipótese” com a qual trabalhou por cerca de 40 anos sem demonstrá-la (NEVES, 2019, p. 234). E “ao deixar aberta a possibilidade de que as pesquisas nesse campo pudessem verificar a existência de relações feudais, o autor previne-se quanto a esta constatação ser utilizada para infirmar o núcleo principal de sua construção teórica, ou seja, a compreensão do processo de transição ao capitalismo como sendo uma ‘transição à prussiana’, que conserva formas de trabalho fundadas na coação extraeconômica” (FRANCO, 2018, p. 68). De toda forma, estranha-nos que uma questão de tal importância fique em aberto.

É sempre oportuno lembrar que a categoria modo de produção⁵ não é um conjunto de predicados distintivos de uma coisa singular, mas uma “síntese de várias determinações” cuja lógica interna ultrapassa a mera justaposição de traços particulares. Modo de produção capitalista diz respeito às relações sociais que ocorrem numa formação econômica em que o *momento preponderante* do processo produtivo é dado pelo próprio capital, sabendo muito embora que este “se perfaz por meio de um círculo de círculos, que instaura e ao mesmo tempo destrói formas não-capitalistas de produção” (GIANNOTTI, 1976, p. 167). No caso em tela, importa como “o capital

⁵ Seria, aqui, impossível reproduzir mesmo que apenas alusivamente este tema central, complexa e com que já se gastou muita tinta. Estamos apenas elencando aspectos que nos facultem a compreensão do uso coutiniano de via prussiana para o processo de formação do capitalismo brasileiro.

demarca os bastidores, estipula as condições de existência de uma forma de socialização do trabalho, como se gera e perdura tal forma”; em seu percurso o capital está sempre criando formas de organização do trabalho desviantes em relação às estritas condições de extração da mais-valia, dado que parasita e usa a seu favor modos de produção anteriores ou periféricos (GIANNOTTI, 1976, p. 167). Como disse explicitamente Marx, “a própria sociedade burguesa é só uma forma antagônica do desenvolvimento, nela são encontradas com frequência relações de formas precedentes inteiramente atrofiadas ou mesmo dissimuladas” (MARX, 2011, p. 40). Quando se desconsidera o feixe de determinações que produz um modo de produção – o qual se vale constantemente de elementos de modos de produção ou fases anteriores de desenvolvimento –, deixa-se de captar exatamente a forma particular de objetivação da forma universal do capital, que não é abstrata, mas preñe de determinações que a singularizam em cada tempo e lugar.

De resto, o argumento sobre o enfoque na industrialização ser restritivo não nos parece adequado. Em primeiro lugar, porque, como Marx aponta ao estudar o circuito produção/distribuição/troca/consumo, “a produção é o ponto de partida efetivo, e, por isso, também o momento predominante [*übergreifende Moment*]”, “o ato em que todo o processo transcorre novamente”, e que marca os estágios de desenvolvimento social como um todo (embora o filósofo alemão sempre ressalte interconexão orgânica com os demais momentos, mas sempre articulados em torno do êxito da produção) (MARX, 2011, p. 31). A forma específica de produção do capitalismo era (até então) o *capital industrial*, o principal agente transformador das sociedades capitalistas, seu elemento distintivo, de maneira que sua instauração era idêntica ao atingimento efetivo do capitalismo. A compreensão da natureza específica de cada país capitalista tem, portanto, como elemento fulcral o entendimento do seu processo de industrialização: seu ritmo e intensidade, as modificações pelas quais passou ao longo do tempo, os liames que manteve com outros segmentos produtivos (como a agricultura) e o modo como as categorias sociais distintas e contrapostas lidaram com as demandas e impulsos dali advindos. Precisa ser apreendido, embora nunca isoladamente, porque é o *momento preponderante* do processo.

A manifestação temporã de exacerbada valorização coutiniana do âmbito político e de invulgar apreço à democracia só se acentuaria a partir de então. No período seguinte, após exílio de três anos na Europa, a produção de Coutinho ficou cada vez mais marcada pela influência de Antonio Gramsci (1891-1937), que

paulatinamente deslocou Lukács como máxima referência. Coutinho encontrou no teórico sardo uma chave interpretativa crucial, que se adequou a suas inquietações teóricas e preocupações políticas. Embora o teórico sardo não tenha se valido da categoria de *via prussiana*, ele dissertou, segundo nosso autor, com grande propriedade sobre as consequências políticas deste processo.

Da análise concreta da sociedade italiana feita por Gramsci, Coutinho se valeu fundamentalmente dos conceitos de “‘revolução-restauração’ (para sublinhar os dois lados do processo: o desenvolvimento das forças produtivas e a reprodução de elementos atrasados das relações de produção)” (1984, p. 86) e de “revolução passiva”, que qualifica aqueles “processos de transformação em que ocorre uma conciliação entre as frações modernas e atrasadas das classes dominantes, com a explícita tentativa de excluir as camadas populares de uma participação mais ampla” (COUTINHO, 2020, pp. 230-1).

Gramsci discutiu o que chamou de “revolução passiva” nos *Cadernos do cárcere*, escritos durante sua longa prisão sob o fascismo de Mussolini. Tendo por base a “Introdução” à *Crítica da economia política* de Marx, ele afirmou:

O conceito de “revolução passiva” deve ser deduzido rigorosamente dos dois princípios fundamentais da ciência política: 1) nenhuma formação social desaparece enquanto as forças produtivas que nela se desenvolveram ainda encontrarem lugar para um novo movimento progressista; 2) a sociedade não se põe tarefas para cuja solução ainda não tenham germinado as condições necessárias etc. Naturalmente, estes princípios devem ser, primeiro, desdobrados criticamente em toda a sua dimensão e depurados de todo resíduo de mecanicismo e fatalismo. (GRAMSCI, 2023, p. 321)

O conceito de revolução passiva foi visto por Coutinho um “critério de interpretação” importante para a transição do Brasil à modernidade capitalista e também para a fase do CME, proporcionando instrumentos analíticos que destacariam traços decisivos da formação política e social do país. Coutinho destacou que no Brasil os processos “de transformações – ou de revoluções, se quisermos –” ocorrem “pelo alto”, ao contrário das revoluções populares, feitas de baixo, de forma que, a um tempo, trazem mudanças (assimilando demandas populares e produzindo importantes modificações na composição das classes), mas igualmente conservam elementos da velha ordem, dado que são reações à possibilidade de uma revolução radical (2020, pp. 230-1; 2003, p. 198).

Segundo Coutinho, Gramsci apontava duas causas-efeitos da revolução passiva: “por um lado, o fortalecimento do estado em detrimento da sociedade civil, ou, mais

concretamente, o predomínio das formas ditatoriais da supremacia em detrimento das formas hegemônicas; e, por outro, da prática do transformismo⁶ como modalidade de desenvolvimento histórico que implica a exclusão das massas populares” (2003, p. 203). Resultaria daí domínio e não direção, uma ditadura sem hegemonia, de um grupo sobre outras forças, para radicalizá-lo. Paralelamente, a sociedade civil perderia força e autonomia, ligando-se mais intimamente ao estado, que ainda poderia apelar à violência aberta, segundo a fórmula gramsciana de consenso e força (1984, pp. 86-7).

O processo de “via prussiana” à brasileira tem um marco na década de 1930, pois a partir deste período houve a transformação da economia nacional com base em uma monopolização precoce e no “prussianismo”, que já havia fortalecido a burocracia estatal. O estado foi prematuramente compelido a estar presente na economia para a efetivação da industrialização “forçada”, decorrendo daí um setor monopolista produtivo estatal. O processo conservava arredadas as massas e tornara o estado “o *locus* privilegiado da conciliação e o instrumento executivo das transformações ‘pelo alto’”, além de cooptar as classes médias para o bloco no poder (COUTINHO, 1984, p. 171).

O golpe de 1964 um momento marcante, que se propôs a eliminar as resistências políticas ao “modelo” implantado, manifestas no período anterior no seio de correntes nacionalistas e populares. A ditadura que ele instalou, apesar de suas notórias contradições, efetivou modificações de tal monta que, de forma altamente contraditória, alçou o Brasil ao rol dos países industrializados, instituindo um modo de produção capitalista pleno e inclusive já na fase monopolista de estado (CME). Concretizou-se, então, uma “modernização conservadora” voltada a atender aos interesses dos monopólios e multinacionais (COUTINHO, 2020, p. 248).

A forte burocracia estatal existente no Brasil, *pressuposto* da passagem para o CME, dificultaria a ação de contratendências que poderiam obstaculizar a concretização das tendências autoritárias, motivo pelo qual era quase inevitável que a implantação do CME por estas plagas tivesse perfil autoritário. Coutinho inicialmente qualificou o regime instituído em 1964 como “fascista (ou semifascista)”. Ele frisava, contudo, que o elo de origem não implicaria que o CME no Brasil fosse estruturalmente fascista e dispusesse de uma única política econômica, baseada na superexploração, já que a

⁶ “O transformismo significa um método para implementar um programa limitado de reformas, mediante a cooptação pelo bloco no poder de membros da oposição.” (GRAMSCI, 2000, p. 396)

sua gênese não determinaria a sua estrutura (1984, pp. 172; 188). Propor algo assim, assegurava, seria confundir mecanicamente os níveis econômico e político, levando à visão de que o capitalismo no estágio do CME só seria possível no Brasil com o apelo ao fascismo, de forma que a derrota deste seria o fim do CME e do próprio capitalismo, implicando o fim do poder dos monopólios e uma transição para o socialismo – “ou, em última instância, uma única alternativa: fascismo ou socialismo” (COUTINHO, 1984, p. 189). No seu entender, haveria, assim, uma possibilidade concreta, que poderia se efetivar por meio da organização e da mobilização da sociedade civil, de que o CME brasileiro abandonasse o fardão político fascistizante que conjunturalmente vestiu, dado que dispunha de um variegado leque de “superestruturas políticas”, as quais abarcariam desde formas fascistas ou semifascistas até uma democracia mais ou menos consequente, como, de resto, ocorreu na Itália e na Alemanha (COUTINHO, 1984, pp. 190-1)⁷.

Num segundo momento, porém, Coutinho repensou a designação do regime instaurado em 1964 e afirmou ser um erro considerá-lo fascista (1984, p. 197). Ele compreendia o fascismo como um regime reacionário com base em massas organizadas, subentendendo a existência de uma sociedade civil fortalecida. O que houve no Brasil, de acordo com sua nova visão, foi a instauração de um “regime autoritário” feita pelo alto, via golpe de estado – vitorioso, em larga medida, devido à fragilidade da sociedade civil. Apesar de ter havido a busca (e a conquista) de consenso em amplas camadas da população, este seria *passivo*, com base na *restrição* da esfera política, ao contrário de sua “socialização totalitária” empreendida pelo fascismo (COUTINHO, 1984, p. 198). O regime fiou-se no baixo grau de organização e na despolitização da sociedade civil, na reiteração do caráter excludente da política. Contudo, a ditadura atuou em prol da monopolização do capital, e nesse afã acabou por promover a definitiva “modernização conservadora” do país. Com isso, involuntariamente pôs as bases objetivas para a “superação definitiva” do elitismo e da exclusão enquanto forma de se fazer política no Brasil. Assim, ao final do período:

Além de uma numerosa e moderna classe operária, temos em nossa estrutura social amplos estratos de camadas médias assalariadas. Conhecemos, durante algum tempo, apesar de todas as limitações, um regime democrático-liberal, que permitiu de certo modo um início de

⁷ Aqui, a inclusão do Brasil no rol dos países de via prussiana já paga seu preço, pois os países citados efetivamente seguiram a via prussiana e se tornaram países industrializados, dominantes e democráticos, diferentemente do Brasil.

organização autônoma da sociedade civil. (COUTINHO, 1984, p. 85)

Mas também teriam se mantido alguns traços do prussianismo:

1) um *Executivo forte* em detrimento do Parlamento, ou, de modo mais geral, a tendência a “desequilibrar”, em favor do estado, a relação entre esse e a sociedade civil; 2) *mecanismos transformistas*, ou seja, a tentativa permanente de obter apoio para o governo através da cooptação e dos favores clientelistas; 3) *formas de populismo*, isto é, de representação política através do vínculo direto entre líder e massa atomizada, sem a mediação da sociedade civil, e, em particular, dos partidos; 4) a *tutela militar*, vale dizer, a atribuição de um peso político às forças armadas sem nenhuma relação com o balanço de forças efetivamente presentes na sociedade civil. (COUTINHO *apud* SILVA, 2012, p. 131)

É interessante observar que, entre os traços do “prussianismo” acima elencados, não pesponta a subsunção ao capital estrangeiro. Assim, inobstante o autor mencione eventualmente “a dependência tecnológica ao exterior, que estão na raiz do modelo capitalista dependente-associado que efetivamente triunfou” (COUTINHO, 1984, p. 134), este aspecto fundamental tem pouco peso em sua análise, que se volta quase exclusivamente aos aspectos internos – e, destes, especialmente aos político-ideológicos, vistos autonomamente.

O diagnóstico do caminho brasileiro como umbilicalmente “prussiano” implicava um prognóstico coerente, a extirpação do “prussianismo”: “para o conjunto das forças populares coloca-se assim uma tarefa de amplo alcance: a luta para inverter essa tendência elitista ou ‘prussiana’ da política brasileira e para eliminar suas consequências nas várias esferas do ser social brasileiro” (COUTINHO, 1983, p. 37). Como o “tipo de regime autoritário” aqui instituído em 1964 não foi um fascismo clássico, estaria posta concretamente a possibilidade “de transição pacífica e negociada para a democracia”. Para que esta não se reiterasse a prática avoenga – modernizada ou não – de alterações pelo alto, excluindo mais uma vez as massas, reduzidas a posição subalterna e amorfa, não era necessária nem guerra externa nem resistência armada interna, mas democracia: “a renovação democrática aparece assim como alternativa à ‘via prussiana’ de transformação social seguida por nosso país que marcou – com seu selo profundamente antidemocrático e antipopular – as várias esferas do ser social brasileiro” (COUTINHO, 1980, p. 15).

Assim, a democracia é o grande objetivo a ser perseguido, a solução para os males do “prussianismo” identificados por ele – sem ênfase no campo econômico, como vimos – como vigentes ainda nos anos 1980. Uma democracia *tout court*, sem adjetivações, o objetivo político que embasa a própria reflexão e orienta a

argumentação.

1.2 As três fontes do pensamento coutiniano

Está completado o rol dos conceitos a que Coutinho recorreria para explicar o processo pelo qual, segundo seu entendimento, o Brasil objetivou o capitalismo: *via prussiana* de Lênin e Lukács, *revolução passiva* de Gramsci e *modernização conservadora* de Moore Jr. (sem prejuízo de outras influências, como a da analítica paulista e das análises do próprio PCB). O que primeiro foi mencionado explicitamente em seus textos foi *via prussiana*. Foi empregado de forma prática para a elucidação da realidade nacional, sem ter passado por um exame mais metuculoso e sem uma análise mais aprofundada da história ou da formação social brasileira contemporânea àquelas reflexões, cujo cerne

apresenta uma abstratividade estrutural, isto é, a possibilidade da interpretação coutiniana só se mantém sob a condição de não abordar as especificidades de nosso tipo particular de desenvolvimento. Seja para confirmar ou para descartar a possibilidade de interpretar a evolução capitalista brasileira à luz do caminho prussiano, a análise coutiniana formulada sob a influência de Lukács não nos fornece elementos suficientes. Estamos mais no campo de uma fecunda sugestão de semelhanças entre o itinerário histórico alemão e o nosso do que no de sua comprovação científica (SILVA, 2012, p. 107).

Desta maneira, inobstante ser bastante perspicaz, enquanto *primeiro passo*, na direção do objeto analisado, houve um uso conceitual da categoria leniniana, ou seja, ela acabou sendo manejada como um *tipo ideal*, esvaziada de suas determinações ontológicas. Curiosamente, Coutinho posteriormente pôs reparos ao uso da categoria leniniana, argumentando que ela não dava conta de propiciar a compreensão da totalidade de uma formação social, e em particular da situação brasileira, dado que, supostamente, estaria focada ou mesmo restrita aos aspectos estruturais:

na medida em que se concentra prioritariamente nos aspectos infraestruturais do processo, o conceito de Lênin não é suficiente para compreender plenamente as características superestruturais que acompanham – e, em muitos casos, determinam – essa modalidade de transição (COUTINHO, 2003, p. 197).

Justificava, assim, o recurso às noções de *revolução passiva* e *modernização conservadora*, que teriam o condão de corrigir as deficiências e/ou suprir as alegadas lacunas de *via prussiana*.

Na medida em que esse conceito, como todos os demais conceitos gramscianos, sublinha fortemente o momento superestrutural, em particular o momento político, superando assim as tendências

economicistas do marxismo de III Internacional, ele se revelou de inestimável utilidade para contribuir à especificação e à análise do caminho brasileiro para o capitalismo, um caminho no qual o estado desempenhou frequentemente o papel de principal protagonista. (COUTINHO, 2003, p. 197)

Observa-se que houve rejeição da categoria *via prussiana* por supostamente ser insuficiente, mas o autor não demonstrou o mesmo rigor no uso de outros conceitos; pelo contrário, era comum nele a incorporação de noções já existentes ao seu próprio arsenal e o seu emprego em sentidos muito próprios e/ou desconectados da teoria no interior da qual foram elaboradas (como é o caso de “subordinação formal”, “subordinação real”, “reprodução ampliada” e outros, tomados à produção marxiana) ou a desconsideração da distinção imanente a noções como “exploração extraeconômica” em distintos modos de produção.

De fato, se Coutinho parece por vezes padecer de pouco rigor filológico na incorporação dos conceitos, tal procedimento não parece desprovido de intencionalidade – antes parece sugerir um procedimento orientado pela hipoteca coutiniana da integração das categorias de Lukács e Gramsci (FRANCO, 2018, pp. 62-3).

De toda forma, estava amalgamada a *tríade analítica*, entendida por ele como um todo orgânico, de que se valeria a partir de então para “captar algumas determinações decisivas da formação do estado que se gestou em nosso país”.

Há três paradigmas que nos ajudam a pensar essa modalidade peculiar pela qual o Brasil transitou para a modernidade [...]. O primeiro desses paradigmas é o conceito de “via prussiana”, elaborado por Lênin. [...] Conceito análogo aparece em Gramsci, ou seja, o conceito de “revolução passiva”. [...] Finalmente, há um conceito mais “acadêmico”, ou seja, com melhor trânsito na universidade, que também ajuda a pensar o caso brasileiro: o conceito de “modernização conservadora” (COUTINHO, 2020, pp. 230-1)

O menos trabalhado por ele foi justamente este último, que não entendeu ser necessário precisar melhor. Embora “modernização conservadora” seja menos frequente nos seus textos, o termo aparece sem ressalvas. Neves, inclusive, localiza nele o elo entre as duas outras categorias: “Coutinho permuta, no texto finalizado em 1979, as duas noções, chegando a fundi-las em uma ‘modernização conservadora prussiana’”, ou seja, é o *conceito sociológico* de Moore Jr. que promove a identificação entre a *via prussiana* de Lênin/Lukács e a *revolução passiva* de Gramsci no pensamento coutiniano (NEVES, 2019, p. 250).

O sociólogo estadunidense Barrington Moore Jr. (1913-2005) publicou em 1966 sua obra clássica, *Origens sociais da ditadura e da democracia* (MOORE JR.,

1967), uma análise comparativa do processo de formação do capitalismo moderno no campo e de sua relação com a situação político-governamental – que ele chamava de “processos de modernização” – de vários países. Sua intenção era examinar os métodos de resolução dos conflitos presentes nas relações sociais em transformação durante tais processos. Neste mister, ele dividiu duas modalidades principais de “modernização”: uma que desembocou em sociedades liberal-democráticas, outra que levou ao que chamou de formações “totalitárias” (de diversos tipos, cujo ápice foi o fascismo).

Ao observar a realidade histórica de países como a Alemanha, Moore Jr. acabou percebendo e destacando determinações similares às que a tradição marxista salientava, quais sejam, a conservação em maior ou menor medida da propriedade fundiária pré-capitalista e do poder dos proprietários da terra, resultando na opção da burguesia industrial por conciliar com os representantes do atraso, em vez de se aliar às classes populares. Assim, como trabalhava com a realidade histórica dos países selecionados, Moore Jr. identificou caracteres interessantes, corretos e que, se vistos com seu peso e em suas interconexões corretas, podem contribuir para a compreensão da formação sócio-histórica em questão⁸. Há que lembrar, porém, que os pressupostos teóricos do autor eram radicalmente diferentes daqueles dos marxistas, dado que seu intento era a criação de *tipos ideais*. Assim, se os acontecimentos históricos, dados e até análises trazidas pelo autor colaboram para o entendimento da realidade daqueles países, tomar suas conclusões ideal-típicas sobre “modernização conservadora” e usá-las para o caso do Brasil fere de morte os procedimentos marxistas, que estão (ou deveriam estar) baseados na *análise concreta da situação concreta* (MARX, 2011; CHASIN, 2009).

Ademais, ajunte-se que a constituição (ou a ausência) da democracia era o ponto focal do interesse de Moore Jr., ou seja, ele partia da democracia como o protótipo de organização sociopolítica, tornada simultaneamente o *modelo* e o *objetivo* da pesquisa, a qual também acabou embasando e direcionando sua análise (como, aliás, faz o próprio Coutinho, como veremos). Valendo-se de uma classificação política, Moore Jr. arrolava autocracias como “totalitarismo” – outro tipo ideal classificatório, igualando, assim, o nazismo e o regime soviético, a partir da desconsideração completa da realidade histórica da qual emergiram (e dissociando

⁸ Entendemos que foi nesse sentido que foi mencionado por Chasin, que se valeu de informações históricas, sem recorrer a tipos ideais do sociólogo estadunidense.

nazismo de capitalismo) (CHASIN, 1977b).

Quanto à origem das duas outras categorias emprestadas por Coutinho, passemos rapidamente por elas, para entender a apropriação feita pelo autor. *Via prussiana* apareceu primeiramente em Lênin, no interior de um debate sobre o programa agrário da social-democracia russa, num contexto em que discutia estritamente a situação agrária da Rússia comparativamente à dos Estados Unidos e da Alemanha. Segundo o líder revolucionário, a objetivação do capitalismo na Rússia, que considerava inexorável, poderia se dar de dois modos:

O desenvolvimento burguês pode ter lugar encabeçado pela grande economia latifundiária, que paulatinamente se tornará cada vez mais burguesa, e paulatinamente substituirá os métodos feudais de exploração pelos burgueses; e pode ter lugar também encabeçado pela pequena economia camponesa, que por via revolucionária extirpará do organismo social a “excrecência” dos latifúndios feudais e se desenvolverá depois livremente sem elos pelo caminho da economia capitalista. [...] No primeiro caso, o conteúdo fundamental da evolução é a transformação da escravidão feudal em servidão e exploração capitalista nas terras dos grandes proprietários feudais *Junkers*. No segundo caso, o básico é a transformação do campesinato patriarcal em um agricultor burguês. (LÊNIN, 1973, p. 281)

De acordo com Lênin, o primeiro caminho implicaria uma arrastada e dolorosa transformação da economia feudal latifundiária em uma economia burguesa *junker*, a qual se realizaria por meio da expropriação dos camponeses, convertidos em agricultores sem terra e cujas condições miseráveis de vida e de servidão seriam asseguradas, por muitas décadas e pela força, enquanto, de outro lado, seria formado um pequeno grupo de camponeses burgueses ricos (LÊNIN, 1973, p. 282). “Este caminho de desenvolvimento exige, para ser seguido com êxito, a violência geral, sistemática e desenfreada contra as massas camponesas e contra o proletariado.” (LÊNIN, 1973, p. 471) A via prussiana, de cariz reformista, opção dos latifundiários russos ultrarreacionários, “implica a manutenção ao máximo da sujeição e da servidão (modelada ao modo burguês), o desenvolvimento menos rápido das forças produtivas e um lento desenvolvimento do capitalismo; implica calamidades e sofrimentos, exploração e opressão incomparavelmente maiores para as grandes massas camponesas e, por conseguinte, também ao proletariado” (LÊNIN, 1973, p. 286).

Já a outra via de desenvolvimento do capitalismo, que ele denominou de norte-americana, que também subentende uma destruição violenta do velho sistema de propriedade agrária, poderia torná-la algo benéfico para as massas camponesas. Aqui, a economia latifundiária ou inexistia ou teria sido destruída por uma revolução, que as

confiscou e distribuiu. Neste processo, seria liberada uma gigantesca superfície de terras para colonização, que poderia ser a base econômica para uma imensa expansão da agricultura e da produção. Pode, então, desenvolver-se uma agricultura, com base em camponeses livres gerados no seio da própria história econômica precedente do país, que seriam a base do desenvolvimento do capitalismo. O camponês é que predomina, tornando-se o único fator da agricultura e evoluindo até se converter em um agricultor capitalista (LÊNIN, 1973, p. 282). Algo deste tipo é que teria ocorrido nos Estados Unidos (LÊNIN, 1973, p. 320). “Este caminho permitirá que o desenvolvimento do capitalismo avance com muito maior amplitude, liberdade e rapidez, como consequência do enorme crescimento do mercado interno e da elevação do nível de vida, do aumento da atividade, da iniciativa, da cultura de toda a população.” (LÊNIN, 1973, p. 473) Em suma, essa via “implica o mais rápido desenvolvimento das forças produtivas e as melhores condições possíveis de existência das massas camponesas (sob a produção mercantil)” (LÊNIN, 1973, p. 286). Na Rússia, o caminho revolucionário, “de real derrubamento da antiga ordem, requer, inevitavelmente, como base econômica, a destruição de todas as velhas formas de propriedade agrária junto com todas as velhas instituições políticas” (LÊNIN, 1973, p. 471).

Vemos que Lênin não estava fazendo uma reflexão em geral sobre vias de objetivação do capitalismo, mas tinha um objetivo muito específico: argumentar pela total extirpação das formas de propriedade agrária na Rússia, incluindo aquelas que alguns social-democratas reputavam revolucionárias, mas que, segundo ele, poderiam significar um atraso no desenvolvimento histórico do país e trazer mais sofrimento para as massas camponesas. Ou seja, o autor não estava nem mesmo discutindo de forma mais ampla a questão econômica, senão apenas a do campo – uma questão primordial naquele momento da história do país –, ainda que tenha conseguido alcançar alguns dos caracteres que fundamentam as diferenças históricas entre os países dos quais se ocupou.

Lukács, partindo das reflexões leninianas, foi muito além daquilo que havia sido apontado pelo revolucionário russo. Em textos como *A destruição da razão* (2023), a fim de bem salientar os caracteres determinantes da via prussiana, o filósofo húngaro os contrapôs à via clássica, caracterizada pela existência de processos revolucionários de massa que varreram os vestígios do antigo regime, mas seu enfoque era claramente o caso alemão. Lukács fez uma profunda análise da história e da economia da

Alemanha do final da Idade Média ao período da II Guerra Mundial, a partir da qual demonstrou a determinação social das diversas correntes de pensamento irracionalista ali existentes. Portanto, Lukács se apropriou da categoria de via prussiana para estudar o desenvolvimento histórico concreto da mesma formação social que Lênin originariamente estudara, a alemã, com aprofundamento, detalhamento, saturação de determinações históricas e intensificação ontológica da categoria, assim enriquecida e concretizada (e não meramente “estendida”, como Coutinho chegou a dizer).

Uma das características da análise levada a cabo por Lukács é que a interdeterminação existente entre a economia e a política, as ideologias etc. estava devidamente respeitada, quer dizer, embora partisse do campo econômico como aquele que tem *prioridade ontológica* e que é determinante, nem por isso obnubilava as produções espirituais, pelo contrário, esforçava-se, inclusive, por mostrar que há *determinação recíproca* entre eles em todos os momentos da história. Basta um relance na obra de Lukács para assegurar que ele não pode de forma alguma ser tachado como economicista e o próprio objetivo do texto, a denúncia visceral do irracionalismo contemporâneo, demonstra a importância da esfera político-cultural para o autor.

Dito isso, fica totalmente invalidado o argumento coutiniano de que a categoria de *via prussiana* daria conta apenas dos aspectos infraestruturais, econômicos. É bem verdade que Coutinho não voltou a Lukács nessa justificativa da “incompletude” do termo, e não poderia fazê-lo, sob pena de se desdizer (curiosamente, o autor não abordou nem a sua própria produção inicial, que, inspirada naquela noção, fez uma análise literária, portanto, longe do setor econômico). Também não se debruçou sobre a realidade brasileira para, fazendo o “caminho de volta” que diferencia as categorias dos conceitos, averiguar pelo metro do real a adequação à formação social brasileira. Era-lhe mais fácil atribuir a insuficiência à análise leniniana – que, vimos, tinha um escopo bastante específico e delimitado. Mas é claramente injustificada a atribuição de uma sorte de economicismo à noção de via prussiana, o que nos leva a indagar quais seriam as verdadeiras justificativas de Coutinho para recorrer às categorias gramscianas – e acreditamos que a resposta está na estratégia política a ser proposta, a partir delas, para o movimento comunista.

2. A crítica de Chasin ao emprego de “via prussiana” para o caso brasileiro

J. Chasin discute o tema da via prussiana quando, em sua tese de doutorado, aborda o pensamento integralista de Plínio Salgado, que busca entender remetendo-

a à sociedade na qual emergiu. Neste mister, faz uma comparação com processos históricos assemelhados, com apoio em Marx, Engels, Lênin e Lukács, entre outros autores. Com base na bibliografia clássica marxista sobre o tema, Chasin sintetiza como principais caracteres da via prussiana: uma modalidade de objetivação do capitalismo tardia, lenta, com um desenvolvimento das forças produtivas vagaroso⁹ e que só se põe de forma conciliada entre os representantes da sociedade nascente e os daquela em desaparecimento, portanto, na ausência de uma ruptura revolucionária que incluísse as classes sociais dominadas e seus interesses. Resistente ao progresso, mas realizando as modificações necessárias pelo alto, efetiva, nos planos político e social, tipos heteróclitos de dominação, que combinam iniquidades de várias configurações de estado (CHASIN, 1999, pp. 571-2). Salienta, ainda, as patentes similaridades entre as determinações mais gerais da via prussiana e a situação brasileira: a permanência da questão agrária; a substituição de um processo revolucionário por um reformismo pelo alto excludente e exclusivista; o início tardio e o lento evoluir das forças produtivas, que enfrentou oposição e resistência.

Se, porém, Chasin acha plausível considerar “o caso brasileiro, sob certos aspectos importantes, conceitualmente determinável de forma *próxima* ou *assemelhável* àquela pela qual o fora o caso alemão” (1999, p. 572), pondera que nunca se poderia avançar ao ponto de declará-los *idênticos*. Mais adequado seria tomar “o caminho prussiano como fonte apropriada de sugestões, como referencial exemplar e, mais do que tudo, como um caminho histórico concreto que produziu certas especificidades que, em contraste, por exemplo, com os casos francês e norte-americano, muito se aproximam de algumas das que foram geradas no caso brasileiro”¹⁰ (CHASIN, 1999, p. 572). De fato, salienta, a categoria *via prussiana* nos interessa de perto porque é uma via histórica *concreta* de objetivação do capitalismo diferente da clássica, um “*particular contrastante aos casos clássicos*”, “do qual se avizinha o caso brasileiro, também diverso dos *casos clássicos*” (CHASIN, 1999, p. 573; 2000, p. 15).

De maneira que, ainda que constate a presença de inegáveis e expressivas

⁹ Já aí percebem-se diferenças importantes com relação a Coutinho, cuja síntese do processo sublinha desde sempre os aspectos político-ideológicos.

¹⁰ Chasin cita afirmativamente Coutinho, enfatizando que nele “o caminho prussiano não é tomado como modelo, como contorno formal aplicável a ocorrências empíricas” (1999, p. 573). Embora não volte a essa questão explicitamente, é bastante plausível que tenha havido uma mudança de posição, em face do desenvolvimento posterior do pensamento coutiniano.

similitudes entre as formações sócio-históricas que objetivaram o capitalismo pela via prussiana e a brasileira, Chasin busca entender as significativas *diferenças específicas* que as separam. De acordo com ele, os traços corretamente assinalados como equivalentes eram *abstrações razoáveis*¹¹, de maneira que “estamos diante de singularidades distintas acolhíveis, do ponto de vista de certos aspectos abstratamente tomados, sob um mesmo particular, que antes os *separa dos casos clássicos* do que os identifica entre si” e, se tal proximidade não pode de forma alguma ser desconsiderada, enquanto abstrações razoáveis sua verdadeira importância “obriga a pensar no *como* se objetivam os predicados de e em cada uma das singularidades” (CHASIN, 1999, p. 574). Onde, para ele, não atentar com a devida ênfase para a *especificidade histórica* é promover uma equalização artificial, antiontológica, eventualmente positivista, que no máximo *classifica* os objetos por meio de vagas generalidades, mas não os *apreende* naquilo que efetivamente os peculiariza.

No bojo do esforço de chamar a atenção para a importância de se entenderem as diferenças no interior do caminho universal não-clássico de objetivação do capitalismo, Chasin observa que, no lento, irregular e intermitente processo histórico que foi percorrido por Brasil e Alemanha, eles pagam um opressivo ônus ao passado, mas se trata de passados bem diferentes. A título de exemplo: a grande propriedade rural se manteve como força crucial naquele processo, mas, na Alemanha, era oriunda do feudo europeu característico, e no Brasil, “um latifúndio procedente de outra gênese histórica, posto, desde suas formas originárias, no universo da economia mercantil pela empresa colonial” (1999, p. 574), com uso abrangente de trabalho escravo.

Procedendo da mesma forma com relação ao desenvolvimento das forças produtivas, que em ambos os países foi lento e tardio comparativamente aos países clássicos, Chasin também pontua diferenças abissais:

a industrialização alemã é das últimas décadas do século XIX, e atinge, no processo, a partir de certo momento, grande velocidade e expressão, a ponto de a Alemanha alcançar a configuração imperialista, [enquanto] no Brasil a industrialização principia a se realizar efetivamente muito mais tarde, já num momento avançado da época das guerras imperialistas, e sem nunca, com isto, romper sua

¹¹ Estas, como se sabe, possibilitam uma primeira aproximação dos objetos, facultando-nos destacar e fixar elementos comuns e evitar repetições que tornam a exposição cansativa e que podem nos desviar dos pontos centrais. Trata-se de momento inescapável e rico da pesquisa, mas preliminar, tendo em vista que não esgota o entendimento dos objetos, que são “um conjunto complexo, um conjunto de determinações diferentes e divergentes”, “síntese de várias determinações” cuja apreensão mais profunda implica desvendar suas determinações singulares (MARX, 2011, pp. 23; 36).

condição de país subordinado aos polos hegemônicos da economia internacional. De sorte que o “*verdadeiro capitalismo*” alemão é *tardio*, enquanto o brasileiro é *hiper-tardio* (CHASIN, 1999, p. 574).

Vemos que Alemanha e Brasil iniciaram seus respectivos processos de industrialização tardiamente em relação aos países clássicos, mas não no mesmo momento: no país europeu a industrialização ocorreu ainda no século XIX e, embora tardia, foi veloz e se concluiu por completo, possibilitando à nação germânica incluir-se como elo débil nos países imperialistas (condição que foi determinante para seu papel na deflagração das duas grandes guerras mundiais). Já no Brasil, a industrialização se deu a partir de 1930, sendo, portanto, tardia em relação à já atrasada da Alemanha, que neste período estava se batendo com outras nações em guerras imperialistas nas quais o Brasil, como outros países de origem colonial, era parte do butim. Assim, na particularidade do capitalismo não-clássico, o percurso singular trilhado pelo capitalismo brasileiro rumo ao domínio da indústria é *hiper-tardio*, além de incompleto e incompletável, pois nunca se integralizou nem se constituiu de forma orgânica e articulada aos demais setores da produção da vida (baste exemplificar com o peso e a atualidade, no final dos anos 1970, da questão da indústria de base).

Frise-se que, segundo Chasin, a questão não resulta em mero atraso cronológico, passível de ser suplantado no decorrer do processo; inversamente, dizia respeito ao patamar histórico alcançado:

A industrialização tardia se efetiva num quadro histórico em que o proletariado já travou suas primeiras batalhas teóricas e práticas, e a estruturação dos impérios coloniais já se configurou, a *industrialização hiper-tardia* se realiza já no quadro da acumulação monopolista avançada, no tempo em que as guerras imperialistas já foram travadas, e numa configuração mundial em que a perspectiva do trabalho já se materializou na ocupação do poder de estado em parcela das unidades nacionais que compõem o conjunto internacional. Ainda mais, a industrialização *tardia*, apesar de retardatária, é autônoma, enquanto a *hiper-tardia*, além de seu atraso no tempo, dando-se em países de extração colonial, é realizada sem que estes tenham deixado de ser subordinados das economias centrais. (CHASIN, 1977a, p. 176)

Aqui Chasin toca em outro ponto central: a burguesia prussiana conciliou com os *Junker*, repelindo ou excluindo as classes dominadas em sua revolução pelo alto, mas nunca se submeteu a uma burguesia estrangeira, ou seja, “é antidemocrática, porém autônoma”, “realiza um caminho econômico autônomo, centrado e dinamizado pelos seus próprios interesses” (2000, p. 104). Enquanto isso, no caso brasileiro, a burguesia industrial, mantendo também as classes dominadas reprimidas ou excluídas,

“teve de se contentar com fatias no colegiado dos pactos e acumular sob a proteção do estado e o olho guloso do capital estrangeiro”, nunca rompendo sua subserviência às burguesias dos países do centro do capitalismo (CHASIN, 1977a, p. 177). Onde sua insistência na necessidade de se compreender a especificidade da objetivação do capitalismo nos *países subordinados*:

Na medida em que um país de economia subordinada não é distinto dos países subordinantes simplesmente em grau; na medida em que sua estrutura e seu processo histórico são de natureza apropriada e decorrente à sua condição de subordinado, seus fenômenos particulares não podem ser simplesmente igualizados aos fenômenos de aspecto semelhante que se verificam nos países dominantes. Igualá-los para efeito de análise é suprimir a distância ontológica que os deve separar na investigação para que se possa entendê-los efetivamente nos concretos que lhes correspondem. (CHASIN, 1977, p. 134)

Avaliando ser ocioso ir além destes apontamentos, Chasin reitera conclusivamente ser injustificável equiparar, no mesmo momento histórico, a situação de países como Alemanha, Itália e Japão – “*elos débeis da cadeia imperialista*, portanto fenômenos do capitalismo altamente avançado, entidades da *fase superior* do capitalismo” – à do Brasil, ainda no início do seu processo de industrialização e *objeto* da disputa imperialista (2000, p. 58).

Assim, sublinhando as notáveis discrepâncias entre os casos prussiano e brasileiro, abissais a ponto de mais os distanciarem dos casos clássicos do que os aproximarem entre si, Chasin conclui que há mais de um caminho não-clássico para o capitalismo; e, no caso em análise, dois casos específicos, sendo um deles o prussiano, e outro o brasileiro. “De maneira que ficam distinguidos, neste *universal das formas não-clássicas*, das formas que, no seu caminho lento e irregular para o progresso social, carregam o peso do atraso, *dois particulares* que, conciliando ambos com o historicamente velho, conciliam, no entanto, com um *velho* que não é nem se põe como o mesmo.” (1999, p. 575) Ele sublinha, ademais, as diferenças existentes no interior da própria via prussiana, argumentando que Itália e Alemanha, embora tenham seguido pelo mesmo percurso típico de objetivação do capitalismo, apresentavam singularidades que uma análise detida não poderia desprezar. Quanto ao caminho percorrido pelo Brasil, ele o denomina *via colonial* (cf. CHASIN, 2000).

Observa-se que Chasin, embora se valha de referências bibliográficas semelhantes a Coutinho, as amplia, de uma parte, e maneja de forma diferente, de outra. Com base na análise imanente, a um tempo bibliográfica e histórica, Chasin

reproduz citações longas e esforça-se por respeitar a letra e a intenção do que é dito, e desta forma foge, segundo entendemos, das imputações e das interpretações “livres” ou mesmo viciosas. Como não parte de uma busca por uma identidade dada de antemão, mas quer estabelecer as *particularidades*, consegue perceber as abissais diferenças sob as pareências abstratas e realiza o que chamou posteriormente de “intensificação ontológica”, saturando as abstrações razoáveis de determinações histórico-concretas, de forma a alcançar a especificação das vias prussiana e colonial de objetivação do capitalismo.

Sem que possamos nos delongar na comparação, não podemos deixar de destacar dois pontos: Chasin, seguindo a trilha de Caio Prado Jr., partiu da certeza de que o modo de produção brasileiro anterior ao período industrial já era o capitalista. De outra parte, em sua perscrutação da formação sócio-histórica brasileira, parte do complexo de complexos de que se compõe essa realidade, tendo como momento preponderante o econômico, não a política. Não é este o caso de Coutinho, como veremos a seguir.

3. Os reflexos do politicismo no entendimento coutiniano do caminho brasileiro

Mencionamos, antes, que o pensamento de Carlos Nelson Coutinho sofreu injunções e apresentou contradições derivadas da visão política e da estratégia daí resultante. Referíamos-nos a uma visão *ontopositiva* da politicidade (cf. CHASIN, 2000b) –aquela que não só identifica a política entre os atributos fundamentais dos seres sociais, como atribui a ela os caracteres humanos mais elevados –, patente e, de resto, reconhecida pelo próprio Coutinho. Mais que isso: o *politicismo*¹² é elemento estruturante do seu pensamento.

Em parte, essa visão que analisa o real a partir do plano político, artificialmente inflado, decorre da influência de Gramsci – ou, antes, pode ter sido determinante para a adesão de Coutinho às hostes dos seguidores do teórico sardo. Embora haja uma

¹² “*Politicizar* é tomar e compreender a totalidade do real exclusivamente pela sua dimensão política e, ao limite mais pobre, apenas de seu lado político-institucional.” É um fenômeno simétrico ao economicismo. “O politicismo, entre outras coisas, fenômeno antípoda da politização, desmancha o complexo de especificidades, de que se faz e refaz permanentemente o todo social, e dilui cada uma das ‘partes’ (diversas do político) em pseudopolítica. Considera, teórica e praticamente, o conjunto do complexo social pela natureza própria e peculiar de uma única das especificidades (política) que o integram, descaracterizando com isto a própria dimensão do político, arbitrariamente privilegiada.” Trata-se de um procedimento tipicamente liberal, uma acentuação do princípio liberal segundo o qual a economia pertence à esfera do privado, enquanto a política, “formalmente estufada”, vai para o terreno da coisa pública. (CHASIN, 2000, p. 8)

preocupação com a questão política (e em especial a democracia) desde os seus primeiros textos, como vimos, ela alcança um novo patamar a partir de meados dos anos 1970, quando, no exílio, ele tem contato mais direto com o eurocomunismo e sua leitura de Gramsci. O retorno de nosso autor ao país coincidiu com o processo de término da ditadura, quando houve uma grande mobilização de setores da sociedade civil, e com uma grande onda de difusão do pensamento gramsciano no país, o qual foi apropriado por algumas das forças em luta, especialmente com as da chamada “nova esquerda”, que disputava espaço com o PCB. Mas, em geral, afora nem sempre haver rigor teórico na apropriação de suas ideias, tratou-se, na verdade, de *apropriações*, de leituras díspares do teórico sardo.

Gramsci escreveu seus textos mais célebres no cárcere fascista, sem acesso direto a muitos dos livros que pretendia estudar – motivo pelo qual teve de apelar à memória ou a fontes indiretas/incompletas de trabalhos importantes – e tendo de escrever de forma cifrada, para driblar a censura, o que torna sua linguagem por vezes imprecisa e sujeita a diversas interpretações. Como não pôde submeter seus textos a uma revisão para publicação, devido à morte precoce, os materiais elaborados por ele na prisão mantiveram, no geral, o caráter de anotações e planos de pesquisa. É preciso considerar tudo isso em relação ao pensamento gramsciano: “As tentativas de transformar Gramsci em um pensador 'sistemático', ao colocar lado a lado passagens redigidas em momentos diferentes acabam impondo uma ordem artificial e perdem de vista o caráter multifacetado dos conceitos que estão sendo construídos.” (BIANCHI, 2008, p. 271)

Como ficou manifesto em várias de suas publicações, Gramsci ampliava excessivamente o campo da política¹³ nos processos sociais, chegando a identificá-la ao conjunto da história: “História e política estão estreitamente unidas são, aliás, a mesma coisa; entretanto, deve-se distinguir a avaliação dos fatos históricos e dos fatos e atos políticos.” (2000, p. 184) Afirmou mesmo que a política é a *história em ato* (GRAMSCI, 2000, p. 246). Estendendo-se o escopo da política, desdobra-se igualmente o seu campo de estudos:

¹³ Gramsci distingue entre dois níveis de atuação política: “Grande política (alta política) - pequena política (política do dia-a-dia, política parlamentar, de corredor, de intrigas). A grande política compreende as questões ligadas à fundação de novos estados, à luta pela destruição, pela defesa, pela conservação de determinadas estruturas orgânicas econômico-sociais. A pequena política compreende as questões parciais e cotidianas que se apresentam no interior de uma estrutura já estabelecida em decorrência de lutas pela predominância entre as diversas frações de uma mesma classe política.” (2000, pp. 21-2)

Se ciência política significa ciência do estado e estado é todo o complexo de atividades práticas e teóricas com as quais a classe dirigente não só justifica e mantém seu domínio, mas consegue obter o consenso ativo dos governados, é evidente que todas as questões essenciais da sociologia não passam de questões da ciência política. (GRAMSCI, 2000, p. 331)

Evidentemente, o teórico sardo não desprezava, simplesmente, a questão econômica, mas ela aparece como uma plataforma, um momento dado, sobre o qual se desenrolam os fatos que são efetivamente importantes (ainda que ele chamasse a atenção para a ligação entre os dois aspectos¹⁴) e foco do seu. Mas ele acabava invertendo a determinação real, atribuindo ao político o protagonismo em processos de transformação (com um vocabulário conceitual pouco preciso):

Protagonistas os “fatos”, por assim dizer, e não os “homens individuais”. Como, sob um determinado invólucro político, necessariamente se modificam as relações sociais fundamentais e novas forças políticas efetivas surgem e se desenvolvem, as quais influenciam indiretamente, com pressão lenta mas incoercível, as forças oficiais, que, elas próprias, se modificam sem se dar conta, ou quase. (GRAMSCI, 2023, p. 327)

Bianchi afirma que “a formação do estado moderno era, para Gramsci, o ato de nascimento da própria modernidade” (2008, p. 257), ou seja, há uma enorme inversão entre a esfera mais ampla e a *mais restrita*, bem como entre a determinante e a determinada. Marx apontava, em primeiro lugar, a prioridade ontológica e a força determinante do modo de produção da vida material com relação às “formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas” pelas quais os seres sociais se conscientizam acerca dos conflitos de sua época (1977, pp. 24-5). Ademais, sublinhava que todos os estados se assentam sobre a sociedade capitalista – “mais ou menos modificada pelas particularidades do desenvolvimento histórico de cada país, mais ou menos desenvolvida” (MARX, s/d, p. 221) – e são determinados pela sociedade civil. Os “diferentes estados, em que pese a confusa diversidade de suas formas, têm em comum o fato de que todos eles repousam sobre as bases da moderna sociedade burguesa, ainda que em alguns lugares esta se ache mais desenvolvida” (MARX, s/d, p. 221). A “anatomia da sociedade civil” é, portanto, válida universalmente,

¹⁴ “O fato da hegemonia pressupõe, indubitavelmente, que sejam levados em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia é exercida, que se forme certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa; mas também é indubitável que tais sacrifícios e tal compromisso não podem envolver o essencial, dado que, se a hegemonia é ético-política, não pode deixar de ser também econômica, não pode deixar de ter seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica.” (GRAMSCI, 2002, p. 48)

e o estado, uma expressão genérica daquela. Ademais, o conceito político de *vontade*, duramente criticado por Marx em suas *Glosas críticas marginais*, era a base do que o teórico sardo chamava de filosofia da práxis (ainda que visto como embasado nas condições objetivas, cf. GRAMSCI, 2000).

Coutinho dizia com tranquilidade que Gramsci analisava o desenvolver da história italiana com “a subestimação da economia – ou sua ‘abstração’ – como condição para um exame agudo e detalhado das superestruturas políticas” (1984, p. 86). Chamou, aliás, a subestimação da economia de “erro fecundo” (1984, p. 72) e a fez passar por idêntica ao antieconomicismo. Ainda, atribuiu à política caráter ontológico e localização primordial na ontologia do ser social: “a política é vista por ele [Gramsci] como momento privilegiado da interação intersubjetiva consensual entre os homens e, por conseguinte, como parte ineliminável da ontologia do ser social” (COUTINHO, 2011, p. 114). Assim, a política em Gramsci

identifica-se praticamente com liberdade, com universalidade, com toda forma de práxis que supera a mera recepção passiva ou a manipulação de dados imediatos (passividade e manipulação que caracterizam boa parte da práxis técnico-econômica e da práxis cotidiana em geral) e se orienta conscientemente para a totalidade das relações subjetivas e objetivas (COUTINHO, 1999, p. 90).

Coutinho afirmava que “isto corresponde a um fato ontológico real”, que, efetivamente, “todas as esferas do ser social são atravessadas pela prática política, contêm a política como elemento real ou potencial ineliminável” (1999, p. 91). Ele reiterava que, em seu sentido amplo, “a política é um elemento ineliminável de toda práxis humana” e que “ao afirmar que ‘tudo é política’, Gramsci não deforma o real, mas indica um aspecto essencial da ontologia marxista do ser social, o momento da articulação entre subjetividade e objetividade, entre liberdade e determinismo, entre particular e universal” (COUTINHO, 1999, p. 95). Concepção que se aproxima muito mais da filosofia hegeliana do que do pensamento de Marx (que a criticou ainda muito jovem), no qual a ligadura da sociedade é feita pela práxis, pela *atividade sensível* e a produção da vida tem prioridade ontológica (MARX, 2011; CHASIN, 1999).

A ampliação da esfera de abrangência e a atribuição de ontopositividade à política é feita com a mediação do conceito de “catarse”, de que a política seria sinônimo, porque significaria a passagem do momento “meramente econômico”, visto como egoístico-passional, para o momento ético-político, do objetivo para o subjetivo, “a elaboração superior da estrutura em superestrutura na consciência” (COUTINHO, 1999, p. 91). Ora, a bibliografia já criticou adequadamente o salto mortal que é

contrabandear uma categoria atinente a uma esfera – no caso da catarse, à arte – para outra esfera, pirueta que possibilita as mais absurdas elucubrações (NAVES, 1981; MAGANE, 2007; MOARES, 1999; SARTORI, 2014; SILVA, 2012).

O interessante é que Coutinho busca apoio em Marx – cuja visão de política constantemente critica, por ser supostamente restrita, lacunar, focalizada e anacrônica, portanto, estar superada (COUTINHO, 2003, p. 140) – para realizar essa translocação. O antigo crítico literário se baseia justamente em uma passagem de Marx sobre a questão da arte (MARX, 2011, pp. 62-3). Quando lido sem as deturpações da interpretação coutiniana, o texto deixa explícito exatamente o oposto do que ele diz: a *relação intrínseca* – embora nunca determinista – da obra de arte com a sociedade em que foi gestada, um liame estreito e inescapável, mas não mecânico e automático (MARX, 2011, pp. 63-4).

A esfera da arte – embora reproduzindo a mesma realidade que a ciência, a filosofia e a política, e de forma igualmente universal – deve se caracterizar pelo tratamento *específico* daquela realidade. É que, “na arte, jamais se tem o direito de renunciar aos critérios propriamente artísticos”, devendo-se tratar os temas “no plano próprio da arte” e respeitando “a forma conveniente” (LUKÁCS 1969, pp. 181-3). A forma deve estar adequada ao conteúdo, pois, afastada dos conflitos imediatos da sociedade – muito diferentemente da política –, a arte refere-se mais diretamente aos problemas humanos universais¹⁵. Onde, transferir reflexões de uma esfera do ser social para outra significar uma impropriedade.

Ademais, Marx não afirmava aí (nem em outro lugar) que toda produção artística deve seguir uma mesma norma metodológica de validade geral, pelo contrário, enfatizava que, dado seu padrão altamente desenvolvido, essas obras de arte se mantêm como parâmetros que não podem ser repetidos, são inalcançáveis, dado que as sociedades em que foram gestadas não existem mais, ao tempo que nos proporcionam intenso desfrute estético – este, sim, universal (MARX, 2011, pp. 63-4). Dessa forma, transferir uma reflexão do campo estético para o da política mostra-se completamente insustentável com base em Marx.

¹⁵ Como demonstrou Lukács (2010), por situar-se para além da imediata unidade entre teoria e prática, da vida cotidiana, a grande arte expressa potências universais não efetivadas, remetendo-nos à dialética entre possibilidades objetivas e realidade efetiva. Por isso, no campo artístico, produções de elevado valor estético não estão automaticamente associadas e não correspondem mecanicamente ao nível de desenvolvimento socioeconômico; ao mesmo tempo, só poderiam ser produzidas naquele exato tempo e momento. A questão aqui é justamente especificar as contradições.

Voltando a Coutinho, ainda de Gramsci ele tomou emprestadas as noções de Ocidente e Oriente¹⁶, que dão ensejo a todo um debate acerca da contraposição entre países, com base na relação entre estado e sociedade civil (embora não só). Nesta compreensão, os dois hemisférios deixam de ser anotações meramente geográficas para se referir a construções histórico-sociais com características distintas e passíveis de transformações. Assim, *grosso modo*, o desenvolvimento das forças produtivas teria fortalecido a sociedade civil, ensejando uma ampliação (“socialização”) da participação política nas democracias modernas, o que os gramscianos chamam de *ocidentalização*.

O Brasil, como causa e efeito das “revoluções passivas”, havia sido um país indiscutivelmente “oriental” durante boa parte da sua história, com uma sociedade civil frágil e um estado forte e autoritário; a partir dos anos 1930, teria se iniciado um processo, não linear e inconstante, de “ocidentalização”, de crescimento e complexificação da sociedade civil (COUTINHO, 2001, p. 110; 2020, p. 248; 2003, pp. 201-2). Os 20 anos que se seguiram à “revolução passiva” de 1964 haviam assistido à transformação completa do Brasil em uma sociedade “Ocidental”, porque a ditadura teve de suportar o crescimento da luta da sociedade civil pela autonomia em relação ao estado e, portanto, pela “pela reordenação democrática da vida brasileira”, estabelecendo-se entre eles uma relação equilibrada (COUTINHO, 1984, p. 88).

Assim, a “modernização conservadora” da sociedade teria redundado no engendramento dos pressupostos de sua própria superação. Para efetivar tais possibilidades, entretanto, seria necessário ampliar o processo de “socialização da política”, conferindo à sociedade civil mais poder decisório sobre os rumos da nacionalidade. Otimista, Coutinho acreditava que o processo de “conquista da hegemonia das forças democráticas no âmbito da sociedade civil” estava em andamento no início dos anos 1980 e seria fundamental para a constituição de um regime político fundado no consenso, e não na coerção: uma “democracia de massas” que poderia ser “ponto de partida e condição para a conquista e realização progressiva do socialismo entre nós” (COUTINHO, 1984, p. 89). Diversos setores da sociedade estariam interessados nessa conquista e todos deveriam ser aliados da esquerda,

¹⁶ “No Oriente, o estado era tudo, a sociedade civil era primitiva e gelatinosa; no Ocidente, havia entre o estado e a sociedade civil uma justa relação e, ao oscilar o estado, podia-se imediatamente reconhecer uma robusta estrutura da sociedade civil. O estado era apenas uma trincheira avançada, por trás da qual se situava uma robusta cadeia de fortalezas e casamatas; em medida diversa de estado para estado, é claro [...]” (GRAMSCI, 2000, p. 262)

independentemente de como se posicionassem sobre a conservação do CME no país.

Toda essa análise tinha consequências significativas para a estratégia revolucionária proposta pelo teórico baiano. Para ele, se o Brasil era “Ocidental”, seria inconcebível apelar a “formas de transição ao socialismo centradas na ‘guerra de movimento’, no choque frontal com os aparelhos coercitivos de estado, em rupturas revolucionárias entendidas como explosões violentas e concentradas num breve lapso de tempo”. A esquerda moderna emergente também no Brasil, e as forças populares como um todo, deveriam ter como fanal a conquista de hegemonia civil, que só se daria com “uma difícil e prolongada ‘guerra de posições’”, isto é, “a consolidação da democracia pluralista, bem como seu ulterior aprofundamento numa ‘democracia de massas’, devem ser considerados ponto de partida e, ao mesmo tempo, condição permanente de nosso caminho para um socialismo *democrático*” (COUTINHO, 2003, p. 218). Ele frisava, desta forma, a necessidade de adoção de uma estratégia “não golpista”, democrática, de transição para o socialismo, baseada em reformas profundas, sem deixar de ter claro o objetivo final, o próprio socialismo, que entendia como a conquista do poder do estado pelas massas trabalhadoras.

Há um simplismo na distinção entre ocidentalidade e orientalidade, que não dá conta da pletora de situações reais. Assim, o suposto processo de “ocidentalização” não ocorreu da mesma forma em todos os lugares do mundo – de maneira que nos anos 2000 o Brasil continuava econômica e socialmente muito longe da Itália, da França ou da Alemanha, mesmo sendo todos esses países “ocidentais” segundo a categorização proposta. Perry Anderson (1986) criticou a homogeneização promovida pela contraposição Ocidente/Oriente, sob a qual aparentemente as formações sociais dos dois hemisférios existem na mesma temporalidade, desconsiderando sua enorme heterogeneidade. Entre os gramscianos há quem, como Bianchi, afirme que não havia positividade inerente à noção de Ocidente utilizada por Gramsci, que não a tinha como um programa ou um ideal, mas objetivava “expressar uma situação histórico-política: a existência de uma sociedade civil mais densa e, contraditoriamente, de maiores obstáculos à revolução socialista” (BIANCHI, 2008, p. 216). Ademais, completa:

Conceber uma relação de identidade entre o adensamento da sociedade civil e o aumento da participação política só é possível quando se perde de vista o caráter conflitivo da própria sociedade civil. Uma [...] sociedade civil burguesa mais densa e complexa pode, também, significar (e frequentemente significa) uma expansão dos aparelhos privados de controle e pacificação das classes subalternas. (BIANCHI, 2008, p. 215)

Percebendo, porém, que “ocidentalidade” não abarcava as distinções que surgiram historicamente entre Brasil e outros países ditos “ocidentais” Coutinho lhes agregou o complemento “periférico”, tomado de empréstimo sociólogo argentino Juan Carlos Portantiero (1934-2007), ao qual atribuía diferentes acepções: “somos periferia do capitalismo e sempre estivemos envolvidos no movimento internacional do capital (agora talvez ainda mais) numa posição indiscutivelmente subalterna” (COUTINHO, 2001, pp. 112-3) e porque há “a permanência entre nós de vastas zonas tipicamente ‘orientais’” (COUTINHO, 2000). Tratava-se, pois, de um “Oriente” necessário para o funcionamento e reprodução do “Ocidente” brasileiro, de um atraso funcional ao progresso. “Ocidente periférico” e que carregava o peso das transformações pelo alto, antipopulares, mas mesmo assim “Ocidente”.

É bastante significativo que, vendo-se diante das diferentes trajetórias entre o Brasil e os países tardios, de via prussiana, Coutinho não tenha se proposto a revisão do enquadramento do país no rol daqueles. Embora pareça que ele em alguns momentos percebeu as insuficiências de suas primeiras tematizações, em vez de revê-las a partir de um confronto com a realidade brasileira, acabou lhes aplicando remendos que as transformaram quase numa colcha de retalhos teórica – pois, para além dos três conceitos citados, ele também se apropriou de noções do weberianismo (como patrimonialismo), e particularmente da analítica paulista, da qual tomou populismo, autoritarismo, dependência e outros termos.

Por outro lado, as consequências tiradas da leitura de Coutinho – a afirmação da guerra de posição como estratégia exclusiva no Ocidente – não parecem ser apoiadas na visão do próprio Gramsci, para quem:

A verdade é que não se pode escolher a forma de guerra que se quer, a menos que se tenha imediatamente uma superioridade esmagadora sobre o inimigo [...]. A guerra de posição não é de fato constituída apenas pelas trincheiras propriamente ditas, mas todo o sistema organizativo e industrial do território que está detrás do exército alinhado, e é imposta pelo tiro rápido dos canhões, das metralhadoras, dos mosquetões e pela própria concentração de armas em um determinado ponto, bem como pela própria abundância do fornecimento que permite substituir rapidamente o material perdido depois de uma penetração e de um recuo. (GRAMSCI, 2000, p. 72)

Vemos, pois, que, para Gramsci, as formas de guerra não são opções, são dados da realidade que caberia considerar. A guerra de posição não era um programa positivo, mas uma exigência da realidade objetiva, imposta pela correlação de forças, por isso, nem sempre mais favorável às classes subalternas. Como lembrou Bianchi,

“como o nome já diz, a guerra de posição é uma forma de guerra e, portanto, está marcada pelo conflito, e não pela tranquila interação comunicativa dos agentes”, “forma de conflito imposta pelas classes dominantes, bloqueando às classes subalternas a intervenção ‘concentrada e simultânea da insurreição’” (BIANCHI, 2008, p. 295). E, de fato, para Gramsci:

A guerra de posição exige enormes sacrifícios de massas imensas de população; por isto, é necessária uma concentração inaudita da hegemonia e, portanto, uma forma de governo mais "intervencionista", que mais abertamente tome a ofensiva contra os opositores e organize permanentemente a "impossibilidade" de desagregação interna [...]. Ou seja, na política subsiste a guerra de movimento enquanto se trata de conquistar posições não decisivas e, portanto, não se podem mobilizar todos os recursos de hegemonia e do estado; mas quando, por uma razão ou por outra, estas posições perderam seu valor e só aquelas decisivas têm importância, então se passa à guerra de assédio, tensa, difícil, em que se exigem qualidades excepcionais de paciência e espírito inventivo. Na política o assédio é recíproco, apesar de todas as aparências, e o simples fato de que o dominante deva ostentar todos os seus recursos demonstra o cálculo que ele faz do adversário. (GRAMSCI, 2000, p. 255)

Assim, embora haja momentos no pensamento deste autor em que a questão foi posta em termos de cancelamento da primeira pela segunda, em muitos outros o sardo observava que “a luta política é mais complexa que a guerra”, diferentes formas de combate e táticas se sucederiam ou coexistiriam (tanto no campo militar quanto no político) de acordo com o momento da luta política – incluindo guerra de posições e guerra de movimento (BIANCHI, 2008, p. 209). Evidencia-se o reducionismo “a classificação dual comporta soluções do mesmo caráter. Oblitera-se assim a riqueza de determinações que o real apresenta em ambos os momentos” (SILVA, 2012, pp. 139-40).

Tal estratégia era aquela apontada pela corrente teórica a que Coutinho havia aderido em seu exílio dos anos 1970, o eurocomunismo, vertente ideológica que teve grande penetração nos partidos comunistas europeus nos anos 1970, em especial na Itália, na França e na Espanha. Pretendia-se uma terceira via entre a social-democracia e o que alcunhava de comunismo do Leste europeu, subjugado pelo stalinismo, mas foi criticado por seu viés fortemente revisionista. O ponto central para tal tendência político-ideológica era a conjugação de socialismo e democracia, esta vista como manifestado em 1977 na célebre frase do secretário-geral do PCI Enrico Berlinguer: “A democracia é hoje não apenas o terreno no qual o adversário de classe é obrigado a retroceder, mas é também o valor historicamente universal sobre o qual fundar uma

original sociedade socialista.” Os eurocomunistas ainda tomaram posição sobre temas gramscianos como hegemonia e pluralismo político, advogando uma transição não explosiva ao capitalismo nas sociedades “ocidentais” (avançadas). Tratava-se, então, de rediscutir a relação entre o projeto socialista de transformação e a democracia, vista agora por parte da esquerda – identificada com o eurocomunismo – como valor universal e, portanto, defendida não apenas enquanto tática provisória, mas enquanto estratégia consistente. O momento mais significativo da introdução e difusão das ideias gramscianas no Brasil (o final da ditadura militar) coincidiu, ou antes foi proporcionado, pela interpretação eurocomunista do pensador sardo.

Profundamente influenciado por essa visão, Coutinho (1984) defendeu o princípio da democracia como valor universal – ou seja, a ser mantida e aprofundada (organizada, articulando pluralismo e hegemonia) no socialismo¹⁷. Ele asseverava que o “vínculo entre socialismo e democracia [...] é parte integrante do patrimônio categorial do marxismo”, não sendo “um objetivo tático imediato”, mas “o conteúdo estratégico da etapa atual da revolução brasileira” (1984, p. 20). De acordo com seu entendimento,

democracia é sinônimo de soberania popular. Ou seja: podemos defini-la como a presença efetiva das condições sociais e institucionais que possibilitam ao conjunto dos cidadãos a participação ativa na formação do governo e, em consequência, no controle da vida social (COUTINHO, 2020a, p. 186).

O argumento central era o de que a dialética política levaria adiante aspectos decisivos da democracia, os quais seriam incompatíveis com o capitalismo e poderiam, num processo de longo prazo, resultar no socialismo, no qual se concretizariam efetivamente. A universalização da cidadania seria contraditória com a existência de uma sociedade de classes e por isso “não hesitaria em dizer que *a ampliação da cidadania — esse processo progressivo e permanente de construção dos direitos democráticos que atravessa a modernidade — termina por se chocar com a lógica do capital*” (COUTINHO, 2020a, pp. 202-3). Por isso, criticava a concepção de democracia como forma de dominação burguesa, taxava de “grosseiro equívoco”, nos planos teórico e histórico, a utilização dos termos “democracia burguesa” e pontuava que as

¹⁷ Felipe Magane, recompondo em grandes traços o debate sobre o revisionismo no interior da social-democracia alemã no final do século XIX e início do século XX, demonstra como muitas das ideias defendidas por Coutinho já haviam sido manifestadas naquele momento; por exemplo, Kautsky propõe dar centralidade à luta pela democracia, bem como acredita que a revolução proletária possa ser realizada por “via pacífica, legislativa e moral”, sem recorrer aos “meios de força física”, em países onde a democracia esteja enraizada (MAGANE, 2007, p. 109 e *passim*).

conquistas democráticas resultaram das sociais (COUTINHO, 2020a, pp. 197-8). Pleiteando a diferenciação e dissociação entre liberalismo (este, sim, burguês) e democracia, o autor ponderava a oposição de correntes liberais à democracia, mas também afirmava que em relação ao liberalismo há “muitos elementos que transcendem esse vínculo genético com a burguesia e adquirem valor universal” (COUTINHO, 2020a, pp. 197-8)¹⁸.

Ao propor uma espécie de “frente popular” no processo de encerramento da ditadura militar, num momento em que greves operárias no ABC Paulista punham em xeque a coluna vertebral do regime, Coutinho mostrava sua adesão “ao ‘eurocomunismo’ da direção partidária do PCB, recusava a centralidade operária na própria conquista da democracia e num projeto alternativo da perspectiva do trabalho” (MAGANE, 2007, p. 16). A ideia era a de que se evitasse a agudização das contradições, evitando uma possível recidiva ditatorial (MAGANE, 2007, p. 24).

O que fica evidente nesse raciocínio é que a conquista ou estabilização de um regime de democracia liberal era o grande objetivo político que o teórico punha para o país, o regime desejado e que – independentemente de outros fatores (ou quase), incluindo a economia – orientava toda a pesquisa e toda a argumentação, além da militância do autor (cf. SILVA, 2012, p. 141). Trata-se de um procedimento tipicamente *politicista*, o de recortar, autonomizar e inflar o campo específico do político, rompendo seus laços com outras áreas da vida social (mantidos, no máximo, como referências formais), com isso desentendendo não só a sociedade como um todo, mas o próprio político, que resta incompreendido na real envergadura que tem na efetividade.

A história parece ter desmentido cabalmente o otimismo coutiniano. Enquanto ele argumentava acerca do poder da socialização da política e do avanço da democracia, o mundo enveredava pela via da reiteração das desigualdades econômico-sociais em níveis abissais, antepondo significativos empecilhos a uma democracia substantiva. As crises econômicas, a permanência do racismo e da misoginia, as consequências do colonialismo, a privatização de setores estatais estratégicos, a ascensão eleitoral da extrema-direita autocrática são algumas entre tantas outras evidências de que o fortalecimento da sociedade civil não necessariamente implica avanços em direção ao socialismo, porque a sociedade civil está impregnada de

¹⁸ Era o caso do mercado e da propriedade: “Estou convencido hoje de que algo de mercado poderá existir depois do desaparecimento do capitalismo – afinal, o mercado é uma forma de interação que antecedeu o capitalismo. [...] Penso um socialismo em que há mercado, e em que pode haver um pluralismo de formas de propriedade.” (COUTINHO *apud* MAGANE, 2007, p. 31)

conflitos que opõem os agentes entre si e ao todo. Só a renitente desconsideração dos vínculos entre a democracia e a reprodução das condições socioeconômicas e político-ideológicas para a acumulação do capital pode levar à sua afirmação enquanto valor universal a ser preservado no socialismo, ou seja, a desvinculação da democracia de sua gênese (o capitalismo) e fundamentos implica tomar os regimes e formas de estado como exteriores ou independentes das lutas de classes.

Coutinho recusava a intrínseca relação entre capitalismo e democracia (e sociedade de classes e política), e por isso podia propor a eliminação de aspectos do primeiro e a manutenção da segunda, num surto proudhoniano, sem perceber que supressão do estado é supressão da democracia. Ademais, via a relação entre democracia e socialismo como de ampliação, não de ruptura. O ponto de partida é a *ontopositividade da política*, a que o autor atribui um lugar central da vida social; não apenas central, mas mais elevado que outros e perpétuo. Por isso, podemos dizer que ele considerava o complexo político desconectado da dimensão econômica, como se portasse uma dialética própria. Como não percebia que a política tem sua origem e existência assinaladas pela divisão do trabalho, a contradição entre a vida pública/interesses gerais e a vida privada/interesses particulares no âmbito da sociedade civil (cf. CHASIN, 1999b), podia lhe conferir universalidade mesmo nos marcos do socialismo.

Entendemos que há uma articulação entre a crítica a insuficiência economicista adjudicada à categoria de *via prussiana* (e não a autocrítica pela sua utilização para o Brasil) e a posição política do autor. Para defender a democracia como valor universal, era necessário renunciar totalmente a Lênin e ao suposto golpismo da esquerda, criticar duramente a ideia de ditadura do proletariado e defender reformas estruturais no interior do capitalismo. Para tanto, a apropriação e releitura das ideias de Gramsci pelos eurocomunistas era imprescindível.

Considerações finais

Esperamos ter demonstrado os principais elementos teóricos que arrimam a noção de *via prussiana* estendida ao Brasil no pensamento de Carlos Nelson Coutinho. Vamos tocar aqui, rapidamente, apenas em pontos mais decisivos.

Apesar de bastante inteligente no trato com a realidade e com as diversas teorias com as quais trabalhou, legando inúmeras elaborações que são não só instigantes e sugestivas como até mesmo bastante pertinentes em vários casos, nem

sempre o rigor teórico esteve presente nas elaborações coutinianas. A forma como escreveu boa parte de seus textos, o ensaio, está em consonância com o manejo bastante livre de ideias de outros autores.

Vimos que, nas suas primeiras elaborações teóricas, embora frisasse a importância de se compreender global e particularizadamente a formação social brasileira para que fosse possível analisar a contribuição efetiva da literatura nacional, ele próprio não empreendeu tal tarefa, não desceu do céu das abstrações. Também relegou a segundo plano a discussão sobre a natureza do “velho” que a fase industrial do capitalismo veio substituir, bem como não assinalou as especificidades do atraso e da estagnação internas, questão que é central, segundo compreendemos, para a devida apropriação da forma específica de objetivação do capitalismo no Brasil. Possivelmente, uma das chaves para entender a utilização da noção de “via prussiana” para o país está justamente no trato descuidado com o modo de produção aqui existente até o início do século XX. Há nesse sentido forte assimilação com as teses predominantes no PCB, que qualificavam nosso modo de produção como feudal ou semifeudal.

A partir de 1979, os interesses de Coutinho se desviaram do campo estético para estudos mais diretamente políticos; e Gramsci e os eurocomunistas italianos deslocaram a influência filosófica de Lukács. Nesse momento, o autor declarou o caráter anacrônico das tematizações de Marx e Engels acerca do estado e do processo de transição para o socialismo, criticou o “modelo soviético” e proclamou o valor universal da democracia. Também se imprimiu em seu pensamento a compreensão da política como esfera primordial da interação humana, ao tempo que buscou solução política para os impasses do “prussianismo” brasileiro. Nessa etapa, houve um esforço – ao menos aparente – de superar a abstratividade de suas primeiras elaborações intelectuais e trazer à tona alguns caracteres da nossa modalidade específica de desenvolvimento.

Esta tentativa de particularização não ocorreu, porém, sem percalços. Exemplifique-se com o peso da subordinação do Brasil ao capital estrangeiro, questão ainda pouco enfatizada em suas reflexões. Muito embora o teórico baiano tenha também mencionado o caráter híper-tardio do capitalismo industrial brasileiro, acabou não tirando todas as devidas conclusões. Ele observou que um processo de desenvolvimento ocorrido no bojo desse atraso implicaria uma industrialização necessariamente dependente ou dependente-associada, em que as burguesias

nacional e estrangeira compartilhariam interesses e o estado patrocinaria (inclusive ditatorialmente) a realização dos capitais, mas atribuiu pouco peso analítico a esta questão. Pior ainda, acabou elaborando propostas políticas que incluíam frações burguesas como aliadas na luta pela democracia, supondo a colaboração ou ao menos passividade das burguesias interna e externa para serem levadas a cabo. Ele não se deu conta de que a subsunção ao capital internacional estreitava as perspectivas de atuação da burguesia interna, tolhendo as possibilidades históricas de realização de reformas econômicas e de inclusão no campo político.

Coutinho também rejeitou, por impertinente, a autocracia enquanto forma de dominação mais conforme ao tipo de capitalismo existente na formação social brasileira. Para ele, o patamar de industrialização já atingido no país e uma suposta socialização da política constituiriam base suficiente à luta por um ordenamento político mais democrático. Assim, a burguesia brasileira também labutaria por hegemonia, não apenas por dominação, o que tornaria possível sair de uma ditadura para a democracia sem a exigência imediata de uma revolução socialista. A partir dessa visão politicista é que ele abordou as possíveis opções estratégicas, acabando por resumi-las ao arsenal mínimo da “guerra de posições”. Contudo, o caráter caudatário da burguesia brasileira tem até aqui impossibilitado um capitalismo mais inclusivo e, portanto, uma democracia liberal substantiva. Assim, a aposta na democratização da sociedade brasileira se mostrou irreal, como a crença numa burguesia pluralista.

Na sua maturidade, Coutinho asseverava ser necessária a conjunção de três conceitos – de forma intercambiada, como sinônimos, ou complementares – para falar do Brasil: “via prussiana”, “revolução passiva” e, em menor medida, “modernização conservadora”. Tal conjunção seria necessária devido a uma suposta insuficiência do conceito de via prussiana, que se ateriasse mais ao campo econômico, enquanto “revolução passiva” captaria melhor as transformações ocorridas no campo político em decorrência das mudanças econômicas. Já a noção de *revolução passiva* ressaltava um dos aspectos da objetivação do capitalismo no Brasil que Coutinho passou a valorizar mais em relação aos outros, qual seja, a efetivação de “transformações pelo alto”, por meio de uma conciliação das elites e, por conseguinte, da exclusão das massas dos processos políticos – e o fortalecimento do estado, sua contraface. O uso de tais conceitos foi se ampliando paulatinamente conforme se alargavam as influências sofridas pelo teórico, as injunções políticas conjunturais e as evidências de equívocos e/ou insuficiências nas reflexões anteriores.

Parece-nos que a inexistência de determinações histórico-concretas, que apontamos em relação às primeiras produções teóricas, é que acabou tornando possível, epistemologicamente, o uso dos três conceitos mencionados. “Mais: essa correspondência, quando ocorre, *exige* tais extensão e esvaziamento sob pena de que as especificidades que cada uma das categorias tem em sua formulação original obstruam a possibilidade do intercâmbio praticado por nosso autor.” (NEVES, 2019, p. 260) Avaliamos que, longe de ser uma atualização do referencial categorial em face de mudanças no cenário mundial e/ou local, estamos diante de tentativas de remendar uma visão já viciada em suas origens – a identificação do Brasil como um país de via prussiana –, a qual já no primeiro momento não dava conta da realidade brasileira, obrigando à agregação de instrumentos heurísticos complementares. Assim, de um lado, o autor se viu diante de uma realidade que teimava em desmentir a identificação com vias de objetivação com as quais tem semelhanças aparentes e/ou abstratas. De outro, suas próprias convicções foram se modificando, inclinando-se para uma leitura ainda mais politicista, que levava necessariamente a estratégias políticas reformistas, que finalmente se impuseram ou fundiram com sua análise. Ainda assim, a realidade dos países que objetivaram o capitalismo pela via prussiana continuou testemunhando as largas diferenças entre eles e o Brasil, levando o autor a apelar ao conceito de ocidentalidade periférica.

Segundo nossa avaliação, portanto, no tocante ao tema em análise neste artigo, Coutinho torceu a realidade para se enquadrar em suas proposições políticas. Assim, num plano estrito, suas análises políticas foram direcionadas pela importância que deu à conquista de um regime de democracia liberal, levando-o a priorizar a esfera política e perder o momento preponderante, desentendendo a própria realidade. Num plano mais amplo, pode-se mesmo dizer, como já apontou um comentador, que

Carlos Nelson não foi um cientista social que buscou abordar o processo histórico da Formação Social Brasileira; foi, isto sim, um militante político que, ao buscar os fundamentos de análise para a construção de uma proposta política, viu-se obrigado a construir uma interpretação teórica que amparasse esta intervenção (FRANCO, 2018, p. 54).

Bibliografia

- ANDERSON, Perry. As antinomias de Gramsci. *Crítica Marxista*, n. 1, São Paulo, Ed. Joruês, pp. 7-74, 1986.
- BIANCHI, A. Revolução passiva: o pretérito do futuro. *Crítica Marxista*, n. 1, v. 23, pp. 34-57, 2006.
- BIANCHI, A. *O laboratório de Gramsci*. Filosofia, história e política. São Paulo: Alameda,

- 2008.
- CHAGAS, Krishna Edmur de Souza. **Integralismo: fascismo ou forma de regressividade própria ao capitalismo brasileiro? Uma análise das teses de José Chasin e Héglio Trindade.** Monografia (Graduação) –Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora, 2019.
- CHASIN, J. A “politicização” da totalidade: oposição e discurso econômico. **Temas de Ciências Humanas**, SP, Grijalbo, n. 2, pp. 145-78, 1977a.
- CHASIN, J. Sobre o conceito de totalitarismo. **Temas de Ciências Humanas**, São Paulo, Grijalbo, n. 1, p. 121-34, 1977b.
- CHASIN, J. **O integralismo de Plínio Salgado: forma de regressividade no capitalismo hiper-tardio.** Santo André/Belo Horizonte: Ed. Ensaio/Una Editoria, 1999, pp. 565-96.
- CHASIN, J. **A miséria brasileira (1964-1994): do golpe militar à crise social.** Santo André: Ad Hominem, 2000.
- CHASIN, J. J. Chasin: a determinação negativa da ontonegatividade. **Revista Ensaios Ad Hominem** n. 1 t. III – Política. Número Especial. Santo André, Estudos e Edições Ad Hominem, 2000b.
- CHASIN, J. **Marx: estatuto ontológico e resolução metodológica.** São Paulo: Boitempo, 2009.
- CHASIN, J. **O futuro ausente: para a crítica da política e o resgate da emancipação humana.** Verinotio, Belo Horizonte, 2023. Disponível em: <<https://www.verinotio.org/sistema/index.php/verinotio/VERINOTIOLIVROS>>, acesso em 7 fev. 2023.
- COUTINHO, Carlos N. “Graciliano Ramos”. In: **Literatura e humanismo.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967, pp. 139-190.
- COUTINHO, C. N. “O significado de Lima Barreto na literatura brasileira”. In: COUTINHO, C. N. *et al.* **Realismo & anti-realismo na literatura brasileira.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974, pp. 1-56.
- COUTINHO, C. N. Os intelectuais e a organização da cultura no Brasil. **Temas de Ciências Humanas**, SP, Ciências Humanas, n. 10, pp. 93-110, 1981.
- COUTINHO, C. N. **A democracia como valor universal e outros escritos.** 2. ed. Rio de Janeiro: Salamandra, 1984.
- COUTINHO, C. N. “Lukács, a ontologia e a política”. In: ANTUNES, Ricardo; REGO, Walquíria L. (Org.) **Lukács: um Galileu no século XX.** São Paulo: Boitempo, 1996, pp. 16-26.
- COUTINHO, C. N. Por que Gramsci? **Teoria e Debate**, n. 43, jan. /fev./mar. 2000. Disponível em: <<https://teoriaedebate.org.br/2000/03/01/por-que-gramsci/>>, acesso em 10 fev. 2024.
- COUTINHO, C. N. O desafio dos que pensaram bem o Brasil. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 54, pp. 103-14, 2001. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ln/a/tWRDxghtCHdRddwpYSc5jtt/>>, acesso 12 jun. 2023.
- COUTINHO, C. N. **Gramsci: um estudo sobre o seu pensamento político.** 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- COUTINHO, C. N. Sociedade civil e democracia no pensamento liberal e marxista. **Libertas**, Juiz de Fora, v. 8, n. 2, pp. 70-82, jul.-dez 2008.
- COUTINHO, C. N. “Estado brasileiro: gênese, crise, alternativas”. In: TEIXEIRA, Andréa M. de P.; ALVES, Gláucia L. (Org.). **Carlos Nelson Coutinho: ensaios de crítica literária, filosofia e política.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ/PPG em Serviço Social, 2020, pp. 229-59.
- COUTINHO, C. N. “Notas sobre cidadania e modernidade”. In: TEIXEIRA, Andréa Maria de Paula; ALVES, Gláucia Lelis (Org.). **Carlos Nelson Coutinho: ensaios de crítica**

- literária, filosofia e política. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/PPG em Serviço Social, 2020a, pp. 187-204.
- ENGELS, Friedrich. **Revolução e contrarrevolução na Alemanha**. Lisboa: Nova Amadora, 1971. (A edição atribuí erroneamente a autoria a Marx.)
- ENGELS, Friedrich. **As guerras camponesas na Alemanha**. São Paulo: Editorial Grijalbo, 1977.
- FRANCO, Aiman Jorge Henrique. **A noção de via prussiana e de via colonial e seu impacto na compreensão histórica de Carlos Nelson Coutinho e José Chasin sobre a formação social brasileira**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria, 2018.
- GIANNOTTI, José Arthur. Notas sobre a categoria “modo-de-produção” para uso e abuso dos sociólogos. São Paulo, Ed. Brasileira de Ciências, **Novos Estudos Cebrap**, n. 17, pp. 162-69, 1976.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere** v. III: comentários sobre Maquiavel, a política e o estado. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- HERF, Jeffrey. **O modernismo reacionário**. São Paulo/Campinas: Ensaio/Ed. Unicamp, 1993.
- LÊNIN, Vladimir Ilitch. “El programa agrario de la socialdemocracia en la revolución rusa de 1905-1907”. In: _____. **Obras escogidas** t. II. 2. ed. rev. ampl. Buenos Aires: Editorial Cartago, 1973, pp. 258-481.
- LUKÁCS, G. “Literatura e vida”. In: HOLZ, Hans H.; KOFLER, Leo; ADENDROTH, Wolfgang. **Conversando com Lukács**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.
- LUKÁCS, G. **Marxismo e teoria da literatura**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- LUKÁCS, G. **A destruição da razão**. São Paulo: Instituto Lukács, 2020.
- MAGANE, Felipe Toledo. **Crítica ontológica à teoria da democracia como valor universal de Carlos Nelson Coutinho**. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC), São Paulo, 2007.
- MATIAS, Leandro A. Z. **A particularidade histórica da “miséria brasileira”**: José Chasin, o Movimento Ensaio e o problema nacional. Monografia (Graduação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2021.
- MARX, Karl. “Introdução”. In: _____. **Grundrisse**. Manuscritos econômicos de 1857-1858. São Paulo Boitempo, 2011.
- MARX, Karl. Crítica do Programa de Gotha. In: MARX, K.; ENGELS, F. **Obras escolhidas** v. 2. São Paulo: Alfa-Ômega, s/d.
- MAZZEO, Antonio Carlos. **Estado e burguesia no Brasil**: origens da autocracia burguesa. 2. ed. rev. São Paulo: Cortez, 1997.
- MOORE JR., Barrington. “Implicações teóricas e projeções”. In: **As origens sociais da ditadura e da democracia**. Lisboa: Edições Cosmos, s/d.
- MORAES, J. Quartim de. A universalidade da democracia: esperanças e ilusões. **Ensaio Ad Hominem**, SP, Ad Hominem, n. 1, t. 1, pp. 159-174, 1999.
- NAVES, Márcio. Contribuição ao debate sobre a democracia. **Temas de Ciências Humanas**, SP Ciências Humanas, n. 10, pp. 129-146, 1981.
- NEVES, Victor. “Imagem do Brasil em Carlos Nelson Coutinho: a estratégia democrática da revolução brasileira”; “Nacionalismo, desenvolvimentismo e socialismo na revolução brasileira”. In: **Democracia e socialismo**: Carlos Nelson Coutinho em seu tempo. Marília: Lutas Anticapital, 2019.
- NETTO, José Paulo. “Introdução: sobre Lukács e a política”. In: LUKÁCS, G. **Socialismo e democratização**: escritos políticos 1956-1971. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2008.
- NETTO, José Paulo. “Posfácio”. In: COUTINHO, C. N. **O estruturalismo e a miséria da razão**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- PRAIA VERMELHA v. 22, n. 2 (2012). Especial Carlos Nelson Coutinho. Disponível em:

- <<https://revistas.ufrj.br/index.php/praiavermelha/issue/view/744>>, acesso em: 6 set. 2023.
- REGO, Walquíria L. “Questões sobre a noção de via prussiana”. In: ANTUNES, Ricardo; REGO, Walquíria L. (Org.) *Lukács: um Galileu no século XX*. São Paulo: Boitempo, 1996, pp. 104-124.
- RIBEIRO, Ivan de Otero. A importância da exploração familiar camponesa na América Latina. *Temas de Ciências Humanas*, n. 4, São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, pp. 143-59, 1978.
- SARTORI, Vitor B. “Estética e política: equívocos e aproximações sobre a especificidade de cada esfera em Marx e Lukács”. In: VAISMAN, Ester; VEDDA, Miguel (Org.) *Arte, filosofia, sociedade*. São Paulo/Brasília: Intermeios/Capes, 2014, pp. 301-336.
- SILVA, Jones Manoel da. “Introdução”; “Cap. I”; “Considerações finais”. In: *Em busca da revolução brasileira: um estudo crítico sobre a estratégia socialista na obra de Carlos Nelson Coutinho*. Dissertação (Mestrado) –Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, 2018.
- SILVA, Vladimir Luís da. “Via prussiana” e “revolução passiva” no pensamento de Carlos Nelson Coutinho: transposição ajustada ou decalque? Dissertação (Mestrado) – PUC-SP, São Paulo, 2012.
- VAISMAN, Ester; FORTES, Ronaldo Vielmi. A politicidade no pensamento tardio de György Lukács. *Revista Estudos Políticos* v. 5, n. 1, Rio de Janeiro, pp. 118 – 132, dez. 2014. Disponível em: <<http://revistaestudospoliticos.com/>>.

Como Citar:

ASSUNÇÃO, Vânia Noeli Ferreira de. Antinomias da "via prussiana" à brasileira de Carlos Nelson Coutinho. *Verinotio*, Rio das Ostras, v. 30, n. 1, pp. 216-258, Edição Especial: *A miséria brasileira*, 2025.